**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

**Saúde e Comunicação no contexto de rádios
educativas: desafios na gestão**

Ieda Cristina Borges

**Tese apresentada ao Programa
de Pós- Graduação em Saúde
Pública para obtenção do título
de Doutor em Ciência.**

**Linha de pesquisa: Saúde,
Ciclos de Vida e Condições
Sociais.**

**Orientador: Professor Doutor
Paulo Rogério Gallo.**

**São Paulo
2015**

Saúde e Comunicação no contexto de rádios educativas: desafios na gestão

Ieda Cristina Borges

**Tese apresentada ao Programa
de Pós- Graduação em Saúde
Pública, Faculdade de Saúde
Pública, para obtenção do título
de Doutor em Ciências.**

**Linha de pesquisa: Saúde,
Ciclos de Vida e Condições
Sociais.**

**Orientador: Professor Doutor
Paulo Rogério Gallo**

**São Paulo
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa quanto eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

Dedicatória

Especialmente, aos amores de minha vida e razão de minha existência e que nos últimos quatro anos compreenderam minhas ausências e deram-me ânimo para avançar: minha amada mãe, Idalina Mendes Borges e para a minha também tão amada filha, Isabella Borges Testoni. Ao meu querido e saudoso pai, Nilton Borges, (*in memorian*), pelo seu exemplo de vida. Ao meu irmão, Luiz Evandro Borges, pelo incentivo e apoio.

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus, meu pai, minha fortaleza e meu refúgio em cada fase desta minha experiência gratificante.

Ao meu orientador, professor doutor Paulo Rogério Gallo, pelos momentos de compartilhamento do conhecimento e pela possibilidade de descobertas que construíram momentos únicos na elaboração de cada etapa dessa tese e cujos ensinamentos foram essenciais para me estimular a seguir adiante na pesquisa, um dos grandes sonhos de minha vida. Obrigada pela paciência, dedicação e tranquilidade durante este meu período de formação.

Aos professores, da FSP/USP e da Medicina Preventiva/USP, que neste período fizeram com que minha dedicação fosse, por momentos, além de minhas forças, mas o estímulo e a cooperação destes “mestres” impulsionaram-me a querer sempre mais.

Aos professores Fernando Lefèvre, Isabel Maria Teixeira Bicudo Pereira, Leandro Leonardo Batista e Jose Marques de Melo pela atenção e pelos incentivos investidos em minha pesquisa e pelas valiosas observações para o contínuo aperfeiçoamento do meu aprendizado.

Meus sinceros agradecimentos aos funcionários, queridos, da secretaria da área de Saúde Materno Infantil da FSP/USP, por todo apoio logístico e pelo acolhimento nas “angústias” compartilhadas: Carmem Castelani, Iara Macedo, Leandro Cleto, Ligia Mota Meirezilda Souza e a querida, Renilda Shimon, da secretaria da pós-graduação da FSP/USP.

Pela cooperação e amor de minhas queridas amigas do programa pós graduação em Saúde Pública da FSP/USP durante estes quatro anos: Gislene Vieira, Juliane Gavioli, Ludmila Ramos Carvalho, Miriam Silva, Natalia Sevilha Stofel, Roberta Andrea de Oliveira, Rosário Avellaneda, Sandra Costa Oliveira, Silvana Ribeiro pelos minutos, horas, dias, semanas, meses de risadas e muita descontração nas aulas, na sala dos alunos da pós, no restaurante, nas viagens e congressos. Vocês, pessoas abençoadas, que compartilharam as minhas alegrias e meus momentos mais difíceis, que apenas vocês sabem, e que tanto me auxiliaram com olhares cúmplices, abraços e muito carinho. Obrigada a cada uma, estarão para sempre em meu coração.

Agradeço, especialmente, a minha amiga/irmã, Marisa Augusta Trinca, que me estimulou e me fez acreditar que poderia estar nesta casa como aluna do programa de doutorado. Confidente, companheira e uma grande incentivadora naquelas horas em que um ombro amigo é imprescindível. Obrigada por me abrir sua casa nestes quatro anos. Te amo!

À todas as pessoas especiais que Deus colocou em meu caminho, meus “anjos”: Sonia Jaconi, Cilene Tamião, Claudia Ribeiro, que fizeram a diferença nesta etapa decisiva de minha vida.

Ao amigo, jornalista Sérgio Barbosa por estar sempre atento ao “tempo diante do tempo”, em proporcionar encontros significativos para minha formação acadêmica e por acreditar que sempre é possível, apesar do seu “não sei não”, obrigada Sebar!

Aos meus amigos, companheiros, jornalistas e/ou professores, Ana

Maio, Eduardo Gurgel, Jaqueline Haddad, Camila Maria, Paulo Rocha, Eduardo Albiere, com sua cooperação carinhosa, vocês foram muito valiosos em “ouvir” quando o nó apertava na garganta e me fizeram crer que sempre vale a pena seguir, mesmo com obstáculos. Muito obrigada!

Meus sinceros agradecimentos, aos meus familiares e amigos que estavam em sintonia para que tudo corresse da melhor maneira, orando sempre por mim. Grata!

Agradeço à direção e funcionários da Rádio Cultura FM de Adamantina por, gentilmente, colaborarem com a minha pesquisa, pois em esta participação, essa pesquisa não poderia ocorrer.

BORGES, I. C. Saúde e comunicação no contexto de rádios educativas: desafios na gestão. [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2014.

Resumo

Introdução - A sociedade contemporânea torna-se, nesta primeira década do século XXI, cada vez mais dependente de sistemas de comunicação e das tecnologias de informação. Transpor estas novas perspectivas ao campo da saúde pública seja, possivelmente, a concretização da idéia de saúde como um bem coletivo em direção a uma população mais saudável utilizando-se do campo comunicacional para a sensibilização e riscos de saúde dos sujeitos. Neste contexto, o papel dos meios de comunicação de massa (MCM) é significativo diante das possibilidades de atuarem como ferramentas na mediação para os processos educativos entre os serviços de saúde e a população pela construção e exercício da cidadania. **Objetivo** - Analisar como a participação social é enunciada nos discursos dos profissionais envolvidos na programação de uma rádio educativa. **Método** - utilizado da pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, transversal, desenvolvida sob o formato de Estudo de Caso, mediante entrevistas semi-estruturadas, com questões em aberto, iniciada após prévia aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e consentimento esclarecido oral dos entrevistados. A análise e interpretação seguiu os conceitos da análise temática categorial proposta por Laurence Bardin. **Resultados** - A participação da comunidade poderia se constituir em um estímulo a auto-educação e neste sentido, a ação educativa se constituiria ao “dar voz” à própria comunidade e buscar com ela alternativas para uma melhor qualidade de vida por meio de ações educativas na programação. Em todos os modelos de discurso não há identificação de uma estrutura permeável a uma participação efetiva da população no processo produtivo da emissora. **Conclusão** - A possibilidade de utilização do ambiente radiofônico educativo, no contexto de processo ensino-aprendizagem, deve ser configurada dentro de pressupostos das necessidades epidemiológicas locais estimulando processos criativos na produção, atentos à expectativa dos ouvintes e à política editorial da emissora.

Palavras - chave: Participação social. Comunicação em Saúde. Educação em saúde. Ação comunitária. Rádio Educativa.

BORGES, I. C. Health and communication in the context of educational radio: challenges in management. [PhD thesis]. São Paulo: São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2014.

Abstract

Introduction: contemporary society has increasingly become, in this first decade of the 21st century, more dependent on the communication systems and on the information technology. Transposing these new steps to public health field is possibly the realization of the idea of health as a collective good towards a healthier population, using the communicative field for the people awareness and health risks. In this context, the role played by the mass media is significant because of the possibilities of acting as tools in the mediation for the educative processes between the health services and the population through the construction and practice of the citizenship. **Goal:** Analyzing how the social participation is stated in the speeches of the professionals who are involved in the programming of an educative radio. **Method:** qualitative research, with exploratory character, transversal, developed as a Case Study, with semi-structured interviews, with open questions, which started after a previous approval of the Research Ethic Committee and the consent of the people who were interviewed. The analysis and the interpretation followed the concepts of the categorical thematic analysis proposed by Laurence Bardin. **Results:** Community participation could constitute an incentive to self-education and in this sense , the educational action would constitute the " give voice " to the community and seek with her alternatives for a better quality of life through educational activities in programming. In all speech models no identification of a permeable structure the effective participation of the population in the production of the issuing process. **Conclusion:** The possibility of using the educational radiofonic environment in the context of teaching-learning process, must be set within the assumptions yet creative epidemiological local stimulating creative processes in production, attentive to the expectations of listeners and the station editorial policy.

Keywords: Social Participation. Health Communication. Health Education. Consumer Participation. Educational radio.

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 A COMUNICAÇÃO E A SOCIEDADE	15
1.2 COMUNICAÇÃO E SAÚDE	20
1.2.1 O campo da Comunicação brasileira	20
1.2.2 O campo da Comunicação e Saúde	23
1.2.3 Comunicação, Saúde, Educação: diálogo possível	26
1.3 O MEIO RADIOFÔNICO E CIDADANIA	31
1.4 HIPÓTESE	41
2 OBJETIVOS	42
2.1 GERAL:	42
2.2 ESPECÍFICOS:	42
3 MÉTODOS	43
3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO	43
3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO	47
3.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO OBJETO DE ESTUDO	47
3.3.1 AMNAP – Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista	49
3.3.2 Rádio Cultura FM de Adamantina	51
3.3.3 A FAI e a missão e educativa	55
3.3.3.1 FAI/Mídia e Saúde: COMSAÚDE	58
3.3.4 Sistema de saúde local	62
3.4 PLANO DE ANÁLISE	63
3.5 ENTREVISTA	68
3.6 ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS	69
3.7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	75
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	76
4.1 CATEGORIA A POR INFORMANTE	76
4.1.1 CATEGORIA B E CATEGORIA C POR INFORMANTE:	88
4.2 CATEGORIA D: AÇÃO EDUCATIVA	104
5 CONCLUSÕES	115
6 CONSIDERAÇÕES GERAIS	118
7 REFERÊNCIAS	119

ANEXOS	128
Anexo 1 - Outorgas para a execução dos serviços de radiodifusão ...	129
Anexo 2 – Frequências da radiodifusão	130
Anexo 3 – Adamantina, a cidade jóia	131
Anexo 4 – Legislação de criação da FAI	132
Anexo 5 - Roteiro da entrevista semi-estruturada	133
Anexo 6 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido	136
Anexo 7 - Parecer consubstanciado do CEP	138
Anexo 8 – Artigo publicado - XIII Congresso Internacional Ibercom	140
Anexo 9 – Currículo Lattes Ieda C. Borges	142
Anexo 10 – Currículo Lattes do orientador	143

Lista de Figuras

Figura 1 – A evolução do número de emissoras	39
Figura 2 – A evolução do faturamento com publicidade	40
Figura 3 – Locais de escuta do rádio	41
Figura 4 – Mapa Região Administrativa de Presidente Prudente	48
Figura 5 – Municípios que compõem a AMNAP, referência cidade de Adamantina	50
Figura 6 – Fachada da Rádio Cultura FM Adamantina	54
Figura 7 – Interface do hotsite da Rádio Cultura FM	54
Figura 8 – Campus 1 FAI, sede administrativa e da Rádio Cultura	55
Figura 9 – Campus 2 FAI	56
Figura 10 – Campus 3 FAI	57
Figura 11 – Livro editado – COMSAÚDE	58

Lista de Quadros

Quadro 1 – Radiodifusão educativa	38
Quadro 2 – Definição das categorias temáticas	70
Quadro 3 – Identificação dos informantes da pesquisa	71
Quadro 4 – Questão da categoria A	72
Quadro 5 – Questão das categorias B e C	74
Quadro 6 – Questão da categoria D	74
Quadro 7 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: A, i 3	76
Quadro 8 – Discurso Síntese (individual): A, i 3	77
Quadro 9 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: A, i 4	77
Quadro 10 – Discurso Síntese (individual): A, i 4	78
Quadro 11 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: A, i 5	78
Quadro 12 – Discurso Síntese (individual): A, i 5	79
Quadro 13 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: A, i 6	79
Quadro 14 – Discurso Síntese (individual): A, i 6	80
Quadro 15 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: A, i 7	80
Quadro 16 – Discurso Síntese (individual): A, i 7	81
Quadro 17 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: A, i 8	81
Quadro 18 – Discurso Síntese (individual): A, i 8	82
Quadro 19 – Discurso Síntese (geral), A, dos informantes	82
Quadro 20 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: B, i 3	88
Quadro 21 – Discurso Síntese (individual): B, i 3	89
Quadro 22 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: B, i 4	90
Quadro 23 – Discurso Síntese (individual): B, i 4	90
Quadro 24 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: B, i 5	91
Quadro 25 – Discurso Síntese (individual): B, i 5	91
Quadro 26 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: B, i 6	92
Quadro 27 – Discurso Síntese (individual): B, i 6	92
Quadro 28 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: B, i 7	93
Quadro 29 – Discurso Síntese (individual): B, i 7	93
Quadro 30 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: B, i 8	93
Quadro 31 – Discurso Síntese (individual): B, i 8	94
Quadro 32 – Discurso Síntese (geral), B, dos informantes	94
Quadro 33 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: C, i 3	95

Quadro 34 – Discurso Síntese (individual): C, i 3	95
Quadro 35 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: C, i 4	96
Quadro 36 – Discurso Síntese (individual): C, i 4	96
Quadro 37 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: C, i 5	97
Quadro 38 – Discurso Síntese (individual): C, i 5	97
Quadro 39 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: C, i 6	98
Quadro 40 – Discurso Síntese (individual): C, i 6	98
Quadro 41 – Discurso Síntese (geral), C, dos informantes	99
Quadro 42 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: D, i 3	104
Quadro 43 – Discurso Síntese (individual): D, i 3	104
Quadro 44 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: D, i 4	105
Quadro 45 – Discurso Síntese (individual): D, i 4	105
Quadro 46 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: D, i 5	106
Quadro 47 – Discurso Síntese (individual): D, i 5	106
Quadro 48 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: D, i 6	106
Quadro 49 – Discurso Síntese (individual): D, i 6	107
Quadro 50 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: D, i 7	107
Quadro 51 – Discurso Síntese (individual): D, i 7	108
Quadro 52 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: D, i 8	108
Quadro 53 – Discurso Síntese (individual): D, i 8	108
Quadro 54 - Discurso Síntese (geral), D, dos informantes	109

1 INTRODUÇÃO

Um dos pilares do Sistema de Saúde Brasileiro diz respeito à participação social em todas as esferas de sua organização (municipal, regional, estadual e nacional), esta presença pressupõe a possibilidade de interferir nas prioridades da planilha de recursos (mobilizando investimentos no processo de comunicação com a população) e, portanto, na eleição das prioridades nas distintas esferas do Sistema. Paralelamente, e com a mesma intensidade significa considerar as características sócio-culturais específicas de cada local ou região, fato que BAUMAN (2007) chamaria de características “glocais” no sentido contemporâneo.

Neste contexto, busca-se uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação de massa (MCM), diante de suas possibilidades de promoverem a educação e a saúde de grandes populações. Considera-se ainda, as interfaces de relação educativa entre: os serviços de saúde e a população brasileira utilizando-se do meio radiofônico como espaço de pesquisa, especificamente, as rádios educativas.

Suas características como um meio que proporciona o imediatismo, autonomia, penetração e baixo custo, por exemplo, garantem a atuação deste meio radiofônico como ferramenta na mediação pelo resgate e exercício da cidadania e aproximação das políticas públicas com a população adstrita, afinal, tem entre outras, a função de ajudar na capacidade de compreender e entender as relações sociais da comunidade em que está inserida.

A sociedade contemporânea torna-se, nestas primeiras décadas do século XXI, cada vez mais dependente de sistemas de comunicação e das tecnologias de informação. Transpor estas novas perspectivas ao campo da saúde pública seja, possivelmente, a concretização da ideia de saúde como um bem coletivo em direção a uma população mais saudável.

Para isso, se utiliza do campo comunicacional para a promoção da saúde pública, afinal, o direito à informação pública está expresso na Constituição de 1988 (BRASIL, 2001 a, p.20), no artigo 5º: “todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo/geral, sob pena de responsabilidade.”

A ideia de promoção de saúde incorporada, após amplas discussões nas várias conferências desencadeadas pela Organização Mundial da Saúde (Alma Ata/1977, e *Ottawa*/1986), responsável pelo primeiro documento internacional em promoção de saúde e um marco da saúde pública: a Carta de *Ottawa*, ainda é um desafio nacional na operacionalização das ações em Comunicação e Educação para a saúde e com ênfase na interação serviços-comunidade.

Preceitos existentes em grande e variada literatura no país, ainda demonstram uma fragilidade em sua prática, já que esses momentos e os documentos deles oriundos têm servido, quase que exclusivamente, para não deixar extinguir-se a ideia da saúde para todos com o distanciamento entre a retórica dessas discussões e a efetivação da prática de promoção da saúde. É constitucional ao cidadão brasileiro o direito à saúde,

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 2001a).

As emissoras do meio radiofônico, educativas, têm entre outras, a função de ajudar na capacidade de compreender e entender as relações sociais da comunidade em que está inserida. É de relevante importância o aproveitamento integral das potencialidades deste veículo de comunicação de massa para a transmissão e divulgação de assuntos e temáticas que possam modificar ou até mesmo transformar espaços urbanos, com ações conscientes de cidadãos bem informados.

No contexto de acelerada globalização das comunidades, o mundo assiste à revitalização das mídias locais e regionais. É uma forma de explicitar que os cidadãos reivindicam o direito à diferença. Apreciam as vantagens da globalização, mas também querem ver as coisas do seu lugar, se sua história, e de sua cultura expressas nos meios de comunicação ao seu alcance. [...] É um momento ímpar na história a constituir novas modalidades de comunicação que merecem ser compreendidas. (PERUZZO, 2003, p. 67).

1.1 A COMUNICAÇÃO E A SOCIEDADE

Apesar de rotineira, definir Comunicação, satisfatoriamente, é um desafio. Etimologicamente, a palavra vem do latim *communicare* com o significado de: trocar opiniões, partilhar, tornar comum, conferenciar. Todo e qualquer ato de comunicação é impulsionado por vários sistemas de ligações que se completam em diversas situações e adequadamente à nossa percepção e apresenta sua dimensão sociocultural.

Para BORDENAVE (1986) “não é um ato isolado, ou uma série de atos individuais desconexos, mas um fluxo contínuo, de muitas origens e direções, com conteúdos e formas em constante mutação.” Neste contexto, trata-se de um processo, um movimento e curso contínuo, onde sua função mais básica seja a menos mencionada, de ser o elemento formador da personalidade, afirma o autor.

Justifica-se assim, o avanço do ser humano nos campos científico e tecnológico, comunicando-se por meio de código (digital, analógico), e realizando a interação social pela mensagem (signos, símbolos). Embora estudada enquanto disciplina específica, trata-se de um campo de estudo e análise interdisciplinar.

[...] é ao mesmo tempo paradigma, campo interdisciplinar, fenômeno, prática ou conjunto de práticas, processo e resultado, parte essencial da cultura e inovação cultural, suporte simbólico e material de intercâmbio social, em seu conjunto, âmbito onde se gera, se ganha ou se perde o poder, união e registro de agentes, agências e movimentos sociais, ferramenta de interlocução, espaço de conflito, conjunto de imagens, sons e sentidos, linguagem e lógica de articulação de discursos, dispositivo da representação, ferramenta de controle a serviço de poucos e de exclusão das majorias aos benefícios do desenvolvimento, âmbito diferenciador de práticas sociais. Tudo isso e mais é Comunicação. Compreendê-la em sua complexa dimensão é, um objetivo parcialmente acessível e sempre por atingir. (OROZCO GOMES, 1997).

Segundo MARQUES DE MELO (1998), desde a Grécia, de Aristóteles (século III a C), na retórica dos sofistas, se enfatizava a transmissão da informação como processo de persuasão composta por três elementos básicos “LOCUTOR – a pessoa que fala (quem); DISCURSO – o que é dito (diz o que); OUVINTE – a audiência (a quem)” (1998, p.21), e este modelo, reforçado nos estudos da Teoria da Comunicação, no modelo de Harold

Dwight Lasswell, revisto mais tarde pelos pesquisadores Raymond Nixon e Wilbur Schramm, demonstram que as pesquisas sobre os processos de emissão, recepção e mensagem impulsionaram os rumos das pesquisas sistematizadas no campo da comunicação, com o objetivo de conhecer os efeitos dos meios da comunicação de massa sobre o público/audiência.

A comunicação participativa no cenário nacional recebeu influência, a partir da década de 1970, de alguns pensadores latinos e hispânicos emblemáticos, dentro os quais: Mario Kaplún, Luis Ramiro Beltrán, Jesus Martin-Barbero, Juan Diaz Bordenave, Nestor Canclini que reforçaram a preponderância do papel dos MCM na sociedade, construindo ideais de uma comunicação com a participação popular e estímulo à leitura crítica dos meios.

Kaplun falava em “Comunicação Educativa” tomando-a como um processo de construção de conhecimento a partir da reflexão dialética sobre a realidade vivida comunitariamente, [...] para que, superando uma visão mecanicista das tecnologias da informação, se transformasse em “comunicador”. Um comunicador voltado para a transformação da pessoa e da comunidade. (SOARES, 2006, p.178).

Os levantamentos reflexivos diante dos meios de comunicação de massa, na visão de OROZCO GOMEZ (1997), apontam variados nomes para a recepção e que permeiam diversas pesquisas, tais como: recepção crítica, leitura crítica dos meios, recepção ativa, educação para a comunicação, alfabetização televisiva e educação para a recepção. Dois pressupostos permeiam as análises destes pesquisadores: a atividade do receptor e a polissemia das mensagens, o que permite sempre várias interpretações.

A perspectiva das Ciências Sociais possibilita em compreender, por meio da noção de comportamento social das interações e organizações humanas, em como os símbolos culturais criados e usados pelo homem no processo de interação e organização social, auxiliam nas práticas comunicacionais com reflexões sobre como os paradigmas existentes contribuem para o processo de interpretação e explicação da realidade atual.

A comunicação tornou-se o instrumento importante com a implantação da sociedade de massa, na visão de FERREIRA (2001, p.107) “o que será mais ressaltado na dependência do indivíduo ou homem-massa será sua subjetividade, totalmente forjada pelas novas modalidades sociais”.

Na contemporaneidade, o impacto da revolução dos meios de comunicação, na década de 1980, com a implantação das novas tecnologias da informação exigiram dos meios uma necessidade de reconfiguração e redefinição destes espaços midiáticos. Estudá-los passou a ser uma prioridade no campo das interações sociais potencializando as diversas áreas do conhecimento, fornecendo os subsídios necessários para atender os interesses globais.

Na perspectiva de BULIK (2001) “o conceito de comunicação como ritual não é dirigido para a extensão das mensagens no espaço, mas à conservação da sociedade no tempo; não ao ato de passar a informação, mas à representação de crenças partilhadas.”

Para a pesquisadora TRAVANCAS (2008, p.5), valendo-se do conceito de Debra SPITULNIK (1993), “há inúmeras maneiras de se abordarem antropologicamente os meios de comunicação de massa: como

instituições, como lugares de trabalho, como práticas comunicativas, como produtos culturais, como atividades sociais, como formas estéticas e como desenvolvimentos históricos”, criando novos espaços para discussões, debates e pesquisas diante dos conflitos advindos das crises das instituições tradicionais modernas.

A perspectiva que a Antropologia possibilita em compreender, por meio da noção de cultura, as práticas comunicacionais com reflexões sobre como os paradigmas existentes contribuem para o processo de interpretação e explicação da realidade atual.

As análises antropológicas, seguindo GEERTZ (1989), consideram a cultura “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.” Desta maneira, como necessidade inerente a todo e qualquer ser humano, é fato que o homem sempre teve vontade, interesse e aptidão para saber o que se passa em suas relações sociais. Informar e informar-se constituiu o requisito básico na sociabilidade. A organização e complexidades da sociedade humana determinam também as extensões dos seus sistemas de comunicação e da sua compreensão.

Na edição sobre a Saúde do Brasil, no periódico *The Lancet*, VICTORIA et al (2011) demonstram a preocupação com MCM na discussão do artigo – A mídia de massa e a promoção da saúde -, ressaltando como “aspecto positivo da saúde pública no Brasil o envolvimento concreto dos meios de comunicação de massa. [...] a fim de promover comportamentos saudáveis. Estações de rádios locais [...] têm, há muito tempo, o papel de

promover a saúde”.

O artigo aponta ainda, a preocupação com o conteúdo das mensagens, da utilização dos meios de comunicação de massa também para anunciar bebidas alcoólicas e comidas não saudáveis, bem como fomentar a crença de que soluções tecnológicas sofisticadas equivalem a uma atenção de qualidade de vida. (LANCET, 2011).

Nesse sentido, temos abordagens diferenciadas partindo-se do “pensar a comunicação, procurando entendê-la a partir da época em que vivemos é uma tarefa árdua, especialmente quando esta é movida pelo império da velocidade, da constante renovação tecnológica e da reinvenção de modos de vida e de crenças”. (CAJUEIRO SANTOS, 2006, p. 116)

Especificamente, com a criação de novas comunidades coletivas, esfacelando-se processos convencionais, como por exemplo, o ciberespaço, as novas tecnologias, as convergências midiáticas, as redes sociais temos assim, processo e produtos da comunicação em constantes mudanças de papéis e valores.

1.2 COMUNICAÇÃO E SAÚDE

1.2.1 O campo da Comunicação brasileira

A Comunicação como campo surge na década de 60 tanto no campo empresarial como profissional e universitário, mas é na década seguinte que se confirma sua legitimidade. Segundo MARQUES DE MELO (2014), naquela conjuntura, o conceito de comunicação restringia-se aos processos

de interação humana, pouco extrapolando para o mundo dos negócios (e da política).

Os anos setenta foram emblemáticos, para delinear a fisionomia do nosso campo comunicacional. Não apenas pelo crescimento e diversificação do setor produtivo, mas sobretudo pela acumulação de conhecimentos que, a partir de então, as emergentes faculdades de comunicação passaram a produzir, sistematizar e socializar. (MARQUES DE MELO, 460).

Para o autor este processo de reconhecimento nacional se consolida com algumas “evidências remotas e recentes”:

- fundação do Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM), em 1963, promoção do I Curso Nacional de Ciências da Informação (1964) e lançamento da revista Comunicações & Problemas, o primeiro periódico científico do campo comunicacional publicado no país;
- criação da Faculdade de Comunicação de Massa (FACUNB), em 1964, na Universidade de Brasília;
- fundação da Escola de Comunicações Culturais (ECA/USP), da Universidade de São Paulo, em 1966;
- fundação do Centro de Pesquisas da Comunicação Social, na Facasper, vinculada à Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, em 1967;
- fundação da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), São Paulo, em 1969;
- realização do I Congresso Nacional de Comunicação, Rio de Janeiro, 1971;
- realização do I Congresso Brasileiro de Ensino e Pesquisa da Comunicação, Belo Horizonte, 1973;
- fundação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), São Paulo, em 1971;

E, como recentes, apresenta:

- fundação da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Belo Horizonte, 1991;
- fundação de sociedades científicas em diferentes disciplinas que compõem o universo das ciências da comunicação;
- fundação da Federação Brasileira das Associações Acadêmicas e Sociedades Científicas de Comunicação (Socicom), em Natal, 2007;
- realização da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), convocada pela presidência da república em Brasília, 2009;
- edição do anuário Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil, Ipea, 2011, 2012 e 2013.

Relativamente jovem, o campo da comunicação floresceu na constelação acadêmica em meados do século XX. Trata-se, portanto, de espaço ainda débil, lutando pela inclusão no universo científico e pela legitimação no âmbito da sociedade, o que significa passar pelo crivo da academia e pelo reconhecimento da opinião pública. (MARQUES DE MELO, 2014, p. 454).

Segundo o pesquisador (2014), a História das Ciências da Comunicação representa uma autêntica “batalha” marcada por desafios, obstáculos e diversas conquistas. E, demonstra “sinais de maturidade, encetando um diálogo construtivo com o aparato do Estado, embora continue pendente a nossa interação criativa com a Sociedade” (2014, p. 466).

1.2.2 O campo da Comunicação e Saúde

A evolução do conceito Comunicação e Saúde registram-se, historicamente, entre os anos de 1820 e 1840 com os estudos dos médicos, o escocês, Willian Alison, e do francês Louis René Villermé sobre as relações causais entre doença e condições sócio-econômicas e culturais da população. Ressaltam-se nesta trajetória: o movimento de reforma da medicina, na Alemanha, em 1848, apoiado nas afirmações do patologista alemão Rudolf Virchow (1821 – 1902), sobre a epidemia de febre tifóide em 1847.

Em 1940, trabalho do médico Henry E. Sigerist, conhecido como o historiador da medicina estabeleceu a noção da promoção da saúde atrelada as condições de vida, de trabalho, educação, cultura e lazer. Professor e amigo de George Rosen (1910 – 1977), outro importante referencial na análise histórica das origens e do desenvolvimento da Saúde Pública, publicou estudos a partir do movimento da reforma Sanitária do Estado Liberal inglês no século XIX.

Destaca-se ainda, Charles-Edward Amory Winslow (1877 – 1957), líder da saúde Pública americana e mundial, com amplos estudos incluindo entre eles: a prática da Saúde Pública, a educação em saúde, a história da saúde pública.

A educação em saúde é hoje uma das mais importantes expressões da moderna ação em saúde comunitária. E seu valor aumentará quando se souber mais sobre a natureza humana e sua capacidade de mudar. Parece que o finado C- E. A Winslow atingiu o cerne da questão quando afirmou ser a educação em saúde, para nós, o que a teoria microbiana da doença foi para os sanitaristas de quarenta anos atrás. (ROSEN, 1994, p. 292).

MARQUES DE MELLO e PESSONI (2010) traçam um itinerário da evolução histórica da pesquisa em Comunicação e Saúde:

Foi sem dúvida, a pesquisa sobre difusão de inovações agrícolas (década de 40) que abriu as portas do campo comunicacional, até então circunscrito aos estudos mercadológicos da mídia massiva (Lazarsfeld, anos 20) e seus usos políticos (Lasswell, anos 20-30), para a compreensão dos processos de persuasão social (saúde e educação). Salvo melhor juízo, o deslanchar da disciplina Comunicação aplicada à saúde vai se dar somente na década de 50, a partir do clássico estudo sobre o fracasso de uma campanha de saúde pública promovida na comunidade peruana Los Molinos. Trata-se da campanha da “água fervida” que encontrou fortes resistências culturais, muito bem relatada por Rogers, Everett no livro *Diffusion of Innovations*, New York, Free Press, 1961. Essa obra foi objeto de várias edições, revistas e atualizadas, sendo recomendável a consulta à 4ª. Edição (1995). (MARQUES DE MELO; PESSONI, 2010).

Segundo MARQUES DE MELO, (2010) a questão Comunicação e Saúde na América Latina, ganha intensidade nas décadas de 70 - 90 do século passado, inicialmente, com as campanhas de controle da natalidade e depois com as campanhas de prevenção às drogas.

Propomos um salto histórico para 1974, com o Relatório Lalonde, *A new perspective on the health of Canadians* do governo canadense. A iniciativa do ministro da saúde na época, Marc Lalonde, propunha um novo conceito de saúde que enfatizava a responsabilidade de cada indivíduo em mudar seus comportamentos para melhorar sua saúde sendo fundamental para a identificação das desigualdades sanitárias.

Temos, na perspectiva do autor, o surgimento do enfoque de um campo da saúde, com a postura da promoção da saúde por meio da educação e da recreação, e a indicação da Comunicação para a Saúde como caminho estratégico na mudança de hábitos da população.

E, na sequência, as discussões, debates e metas propostas após a Declaração de Alma-Ata (1978) com a realização das Conferências Internacionais, promovidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).
 Promoção da Saúde na concepção de um:

(...) processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. (...) não é responsabilidade exclusiva do setor de saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global. (BRASIL, 2001 b, p.19).

Nesta perspectiva, a Comunicação constitui-se como uma ferramenta estratégica para as políticas de saúde pública com a articulação social. Aliada a Saúde, busca compreender-se, por um lado, como uma necessidade humana, e por outro, como uma competência que os profissionais das áreas devem desenvolver em relação ao ser humano.

Puesto que por definición la promoción debe alcanzar sus fines por persuasión, no por coerción, se atribuye universalmente a la comunicación la calidad de instrumento clave para materializar dicha política de salud. [...]. Articular esa conversación universal para el mejoramiento de la salud es el delicado compromiso que asumen los comunicadores al servicio de la promoción. (BELTRÁN, 2001, p.355).

BELTRÁN (2001) em seus questionamentos reforçou a necessidade de um novo olhar para a situação sanitária na América Latina naquele final do século XX. E destacou o distanciamento entre as metas governamentais estabelecidas e as alcançadas após os eventos mundiais como Alma Ata e Ottawa. “En suma, a las palabras se las lleva el viento. La distancia entre la teoría y la práctica es muy grande. Y, como siempre, la cuenta del desastre la tiene que pagar el pueblo”. (2001, p. 360).

Em sua visão, a promoção da saúde deve alcançar suas finalidades por persuasão e não por coersão,

Se atribuye universalmente a la comunicación la calidad de instrumento clave para materializar dicha política de salud. Así lo han reconocido, formal y reiteradamente, la Organización Mundial de la Salud y la Oficina Panamericana de la Salud desde Alma –Ata em 1978 y Ottawa en 1986 hasta la Declaración de Yakarta sobre Promoción de la salud em el Siglo XXI emitida em 1997. Em efecto, es solo sobre la base del diálogo entre gobierno y pueblo, entre doctos y legos, entre pobres y ricos, que puede aspirarse a realizar tan colosal emprendimiento de cambio de conductas para el desarrollo. Articular esa conversación universal para el mejoramiento de la salud es el delicado compromiso que asumen los comunicadores al servicio de la promoción. (BELTRÁN, 2001, p. 361).

1.2.3 Comunicação, Saúde, Educação: diálogo possível

Na realidade brasileira, a Saúde Pública configura-se como política nacional desde o século XX. Neste período, caracterizou-se pela sistematização de práticas sanitárias na tentativa de estabelecer uma assistência eficaz voltada para a coletividade, com ênfase à criação e regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS). “Desde sua conquista legal (Brasil, 1990), uma profunda reorganização vem ocorrendo e visa operacionalizar as diretrizes e princípios estabelecidos para seu pleno funcionamento” (BORGES & JAPUR, 2005, p. 508).

O historiador Bertolli Filho (2006) retrata o panorama da saúde pública no país e apresenta o movimento de educação na área da saúde nos primórdios da República, com objetivo, na época, de mudança nos hábitos de higiene que facilitavam a disseminação das doenças.

Os recursos comunicacionais usados pelo governo eram os panfletos e cartazes, em contraponto a uma população, em sua maioria, analfabeta. Entra em cena, o rádio, “Por isso, desde 1938 as mensagens higienistas passaram a ser divulgadas pelas emissoras de rádio existentes em todos os estados” (BERTOLLI FILHO, 2006, p. 35).

É pertinente ressaltar o papel, cada vez mais frequente, delegado à sociedade civil organizada responsável por diversas atividades voltadas a diferentes públicos com objetivo discutir temas sociais e fortalecer as ações comunitárias.

Trata-se de uma relação com o movimento internacional por novas práticas de saúde, valendo-se dos cinco princípios da Carta de Ottawa (políticas públicas saudáveis, ambientes favoráveis à saúde, ação comunitária, habilidades pessoais e reorientação do sistema de saúde). Entendendo-se, neste sentido, que as questões apontadas pela saúde podem também ser questões da educação e comunicação, para um alargamento das margens do campo e a aproximação e entrosamento da vasta produção da área da Saúde Pública.

DONATO E GOMES (2010) apontam para um desafio permanente a interlocução dos campos, “[...] a pouca presença, nos estudos disciplinares da Saúde e da Educação, dos conhecimentos e práticas próprios do campo da Comunicação.”

Na visão do catedrático, MARQUES DE MELO (2005) a interação tem sido lenta em nosso país entre os campos da Comunicação e Saúde:

Há uma dicotomia latente, difícil de ser superada. Os profissionais de saúde querem respostas imediatas, no plano empírico, para equacionar seus problemas de comunicabilidade. Enquanto isso, os pesquisadores de comunicação ainda assumem uma postura teórica mais preocupados com a dimensão político-ideológica da questão do que com o encaminhamento de soluções concretas para as dificuldades em convencer as populações periféricas (carentes de educação formal) a engajar-se em projetos de prevenção sanitária. (MARQUES DE MELO, 2005, p. X).

Os inúmeros questionamentos das práticas de comunicação desenvolvidas no campo da saúde são pontos de reflexão desde a década de 1980. No país, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, já apontava que atrelada à educação e informação, a comunicação é importante pré-requisito da cidadania e direito à saúde.

Justificam-se pois as diversas conferências de saúde e promoção da saúde que destacam o papel dos meios de comunicação de massa (MCM) nas possibilidades de promoverem a educação e a saúde de grandes populações (BRASIL, 2001 b).

Desta maneira, é fato que o homem sempre teve vontade, interesse e aptidão para saber o que se passa em suas relações sociais. Informar e informar-se constitui-se requisito relevante para a sociabilidade.

Para Cajueiro Santos (2006), “pensar a comunicação, procurando entendê-la a partir da época em que vivemos é uma tarefa árdua, especialmente, quando esta é movida pelo império da velocidade, da constante renovação tecnológica e da reinvenção de modos de vida e de crenças”.

A interface com o campo da Saúde Pública permite ao pesquisador da área da Comunicação atitudes que o afastem de uma atitude etnocêntrica,

ou seja, ao se deparar com a diversidade de discursos e comportamentos de “outros”, em geral, distantes das práticas rotineiras de sua produção ou nas análises propostas pelo campo comunicacional, permite uma mudança contínua em sua abordagem profissional.

BUENO (1996) confirma a necessidade mudanças no campo comunicação e saúde, “a comunicação para a saúde precisa reinterpretar as relações entre poder e saúde, redimensionando a amplitude de sua análise, para incluir fatores que se localizam externamente à dualidade médico x paciente ou médico x meios de comunicação” (1996, p. 19).

A despeito destas considerações justificam-se, pois, as diversas conferências de saúde e promoção da saúde que destacam o papel dos meios de comunicação de massa (MCM) em promover a educação e a saúde de grandes populações (BRASIL, 2001 a).

Desta forma, passam a representar uma das interfaces de relação educativa entre os serviços de saúde e a população.

[...] cada vez mais, as áreas da saúde valem-se dos recursos da comunicação midiática como suporte para a abordagem e veiculação dos temas e ações de educação e promoção da saúde pública e/ou coletiva. (BERLAMINO *et al*, 2002, p. 49).

Promoção da Saúde, na concepção do estudo, como um “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. [...] não é responsabilidade exclusiva do setor de saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global. (BRASIL, 2001 a, p.19).

Sendo assim, é necessário que as ações e atividades sejam realizadas e orientadas pela perspectiva da conquista da condição e da capacidade de participação comunitária e participação e exercício da cidadania pelos atores sociais envolvidos nesta área temática da comunicação e educação em saúde.

O educador brasileiro PAULO FREIRE (2002), na obra - Extensão ou Comunicação? -, reforça o sentido de que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc. [...]. As pessoas acompanham os acontecimentos de forma mais direta, pela vivência ou presença pessoal, o que possibilita o confronto entre os fatos e sua versão midiática de forma mais natural. (PERUZZO, 2005 a, p. 78).

Para BELTRÃO & QUIRINO (1986) as disfunções provocadas pela comunicação de massa são reduzidas quando o comunicador: “tem plena consciência de seu papel na comunidade, completo domínio das técnicas que presidem suas atividades, amplo domínio teórico da sua atuação e participação social; fatores que conferem sensibilidade e capacidade de identificar as necessidades do público a quem dirige, preferencialmente, a mensagem.”

O pesquisador TORO (1997;2005) ressalta em seus artigos que a mobilização social necessita de um projeto de comunicação em sua formatação. “A comunicação tem contribuições importantes no processo de coletivização”. (TORO, 1997, p.55). Nesta perspectiva o apoio dos meios de

comunicação de massa é fundamental para a abertura e participação em um processo de mobilização que irá trabalhar com o despertar do desejo e da consciência e, na sequência, a transformação desse desejo e consciência “disposição para ação e na própria ação”.

A mobilização se concretiza quando os gestos, as crenças e as informações se consolidam, se propagam, se multiplicam e geram ações que concorram diretamente para os objetivos, em função dos quais está sendo proposta a mobilização. (TORO; WERNECK, 1997, p. 76).

Pelo viés da Saúde Pública, abrem-se horizontes de um diálogo envolvendo a identidade e o objeto da Comunicação, numa busca aos fundamentos sobre a intersecção entre os dois campos. E, assim, propagar uma nova concepção da prevenção e da promoção dos valores da Saúde.

1.3 O MEIO RADIOFÔNICO E CIDADANIA

Como meio de comunicação massiva, o rádio possui características próprias e peculiares para as atividades diretas com a população para uma atividade comunicacional educativa. BELTRÃO E QUIRINO (1986) nas discussões sobre as funções e desempenho da comunicação de massa aportam para o informe preparado pela Unesco sobre o desenvolvimento dos meios de ensino, entre eles, o rádio:

[...] a terceira geração, que começa em fins do século XIX e se estende à metade da atual centúria, utilizam-se fotografias, diapositivos, películas fixas, cinema mudo, gravações (primeiro em discos e, mais tarde, em fitas), o rádio (a partir da década de 20), o cinema sonoro (década de 30) e a televisão educativa (na década de 50). (BELTRÃO & QUIRINO, 1986, p. 158).

As emissões radioeducativas iniciam-se na década de 20, a experiência inglesa em 1924, British Broadcasting Corporation (BBC) surge como um formato novo e, na sequência recebe apoio de entidades pedagógicas, órgãos públicos federais e demais associações com uma programação educativa diferenciada. A experiência alastrou-se com a proposta de utilização dos meios de comunicação como oportunidades de participação nos destinos da comunidade.

Desde 1923, quando a primeira emissora de rádio surgiu no Brasil, no Rio de Janeiro, esse meio de comunicação vem sendo utilizado na função educacional. As emissoras com programas educativos surgiram no Brasil na década de 1920, chegando simultaneamente com as transmissões radiofônicas:

O rádio, em oito décadas, contabiliza expressivas realizações, marca seu compromisso com a nossa cultura, mantém um certo padrão da língua portuguesa, passando informalmente aos ouvintes norma culta, sem negar ou desprezar a diversidade regional num país continente. Segue sua vocação de meio que tem na construção da cidadania o seu principal fim. Com propostas educativas, já provou que pode ser eficiente, eficaz e democrático. (BLOIS, 2003, p. 9).

SAMPAIO (1984) destaca o Artigo 11 do Decreto 21.111, de 1932, que determinava o uso desse meio de comunicação para as funções culturais e educativas do público em geral, e particularmente da juventude. Determinou o artigo, que esses serviços, considerados de interesse nacional, teriam finalidade educacional.

SALOMÃO (2003) destaca que o rádio no Brasil contribuiu para a formação das cidades urbano-industriais cumprindo um importante papel educativo, “além de propiciar uma nova forma de sociabilidade – midiática –

levou aos novos habitantes das áreas urbanas informações e esclarecimentos de caráter educativo sobre coisas elementares como destinação do lixo, a higiene, o trânsito etc” (2003, p. 95).

Na abordagem Comunicação/Educação os precursores no cenário latino-americano foram o educador Paulo Freire (1974) e o radialista Mario Kaplún (1978). Ambos ponderam a comunicação como fundamental nas relações humanas e a inter-relação de seus elementos no processo de comunicação com finalidade educativa.

Neste pensamento, a função social do rádio deveria priorizar seus públicos, respeitando suas culturas. “O rádio pode ser útil para aqueles que o concebem como um instrumento de educação, de cultura popular e de promoção de um autêntico desenvolvimento a partir de sua função social”. (KAPLUN, 1978. p. 17).

PERUZZO (2005 a) confirma a relação MCM em suas comunidades, “historicamente o jornal, o rádio e a televisão; ao nascer, atingem um raio de abrangência local ou regional. Alguns destes meios de comunicação desenvolvem seu potencial de alcance nacional ou internacional, outros permanecem locais. O rádio, por exemplo, é eminentemente local, embora possa percorrer também longas distâncias”. (2005 a, p. 69).

Cabe as considerações de BLOIS (2003) quanto a rádio educativa, com a vocação de ser um meio que tem na construção da cidadania o seu principal fim:

1. Uma emissora de Rádio Educativo não é uma rádio *na* comunidade, mas *da* comunidade, e nessa condição deve não só satisfazê-la em suas necessidades e interesses, mas, também, ser um meio de promovê-la socialmente.
2. A comunidade, sociologicamente entendida, possui laços históricos e culturais fortes e próprios, objetivos que direcionam suas ações e instituições / agentes que os operacionalizam. A Rádio Educativa é um desses agentes. Assim, precisa atender a maioria da população - quando a ação for de alcance coletivo - e não deixar de ir ao encontro de grupos específicos, e das chamadas “minorias”, que também são parte da comunidade maior.
3. Seus vínculos institucionais podem ser com órgãos nacionais ou locais, como com entidades da iniciativa privada, desde que seus objetivos estejam voltados para ações que privilegiem a Cultura e a Educação, nos seus aspectos formativo e informativo. No entanto, a natureza da vinculação não deve ser o indicador a nortear a linha de conduta da emissora, que precisa manter uma posição isenta e ética, compromissada com a informação e a formação do público ouvinte, com a construção cotidiana da cidadania de quem a escolhe como meio de comunicação e de informação, de elo com a comunidade próxima ou distante. (BLOIS, 2003, p.9)

A legislação brasileira para as rádios educativas data de 15 de abril de 1999, Portaria Interministerial nº 651. Estabelecia critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa:

Art.1º Por programas educativo-culturais entende-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais. (BRASIL, 1999).

BÜTTNER e SANTOS (2013) salientam em artigo sobre rádios educativas que as emissoras são obrigadas a terem em sua programação espaços instrutivos reservados para a educação, divulgações e informações recreativas; e, do desporto, como informativo educacional, fazendo parte da

grade. “Como está descrito no art. 221, a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.” (2013, p. 10).

LOPES (2011) apresenta o histórico dos três principais documentos que regem a outorga de rádios e TVs educativas: o Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.

Estes documentos estabelecem que a radiodifusão educativa é o Serviço de Radiodifusão Sonora (rádio) ou de Sons e Imagens (TV) destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. (LOPES, 2011, p.8).

Em 2002, segundo dados da ANATEL (2012), pela Lei 10.406, novos critérios foram estabelecidos para quem desejasse exercer o serviço de radiodifusão com finalidades, exclusivamente, educativas,

- As pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 41 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- As instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação, na forma do art. 12 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006;
- As fundações de direito privado a que se refere o art. 44, III, da Lei 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata. (ANATEL, 2012).

A ANATEL (2012) ainda ressalta a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, “que dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão de sons e de sons e imagens, com fins exclusivamente

educativos.” O documento é direcionado para as entidades e os entes que podem solicitar outorga para execução do serviço de radiodifusão educativa no país (Anexo 1).

As rádios classificadas pela Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) com base no espectro de frequência no qual operam, e são distribuídas entre FMs (frequência modulada), OM (ondas medias), OC (ondas curtas), OT (ondas tropicais) e Rádios Comunitárias (Anexo 2), com a seguinte classificação com finalidade educativa:

Podem ser os serviços de radiodifusão de sons em Frequência Modulada (FM), em Onda Média (OM), em Onda Tropical (OT), em Onda Curta (OC) e o serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), inclusive com tecnologia digital (TVD). Os serviços mais comuns com esta característica são os de FM e TV. (ANATEL, 2012).

Segundo LOPES (2011), em outubro de 2010, o Ministério das Comunicações publicou a portaria nº 950, estabelecendo novos procedimentos para as outorgas de radiodifusão educativa. A nova legislação passou a estabelecer que além da documentação que era exigida até então, passariam a ser solicitados também os documentos exigidos pelo Ato Normativo nº 1/2007 da CCTCI da Câmara dos Deputados e pela Resolução nº 3/2009 do Senado Federal.

Com isso, o Ministério das Comunicações passou a exigir, ainda no início da tramitação dos processos, demonstração de vinculação entre a fundação e instituição de ensino, no caso de pedido de outorga ou renovação de outorga de radiodifusão educativa para fundação.

Dados do Ministério das Comunicações informam o número de emissoras licenciadas educativas, comerciais e comunitárias em todo o país

até setembro de 2014. Em todo o Brasil, existem 9.771 licenciados a executar os serviços de radiodifusão nas áreas educativa e comercial.

De acordo com este panorama da radiodifusão no país, são 3.209 rádios FM, 66 de ondas curtas, 1.781 de ondas médias, 74 de ondas tropicais e 4.641 de rádios comunitárias. As emissoras educativas somam 543 estações de rádios (Quadro 1).

O levantamento, elaborado pela Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, aponta que no Estado de São Paulo a maioria é mantida por universidades particulares e públicas, prefeituras e fundações religiosas.

Quadro 1: Radiodifusão Educativa

REGIÃO	UF	RÁDIO FM	RÁDIO AM OM	RÁDIO AM OC	RADIO AM OT
Centro-Oeste	DF	12	1	0	0
Centro-Oeste	GO	17	1	1	1
Centro-Oeste	MS	12	0	0	0
Centro-Oeste	MT	08	0	0	0
Nordeste	AL	10	1	0	0
Nordeste	BA	21	0	0	0
Nordeste	CE	39	0	0	0
Nordeste	MA	12	0	0	0
Nordeste	PB	06	0	0	0
Nordeste	PE	28	1	0	0
Nordeste	PI	11	1	0	0
Nordeste	RN	15	0	0	0
Nordeste	SE	07	1	0	0
Norte	AC	09	3	0	0
Norte	AM	09	0	0	0
Norte	AP	09	0	0	0
Norte	PA	24	0	0	0
Norte	RO	03	0	0	0
Norte	RR	03	0	0	0
Norte	TO	03	0	0	0
Sudeste	ES	15	0	0	0
Sudeste	MG	88	3	0	0
Sudeste	RJ	17	0	0	0
Sudeste	SP	73	0	0	0
Sul	PR	24	1	0	0
Sul	RS	26	2	0	0
Sul	SC	18	0	0	0
TOTAL	27	525	15	1	2

Fonte: Ministério das Comunicações, 2014.

Segundo LOPES (2011) todas as atividades de análise dos processos de outorga e de renovação de outorga de radiodifusão no Executivo, independente da modalidade, são realizadas por dois órgãos: o Ministério das Comunicações e a Presidência da República. “No ministério, concentra-se a maior parte dos trâmites necessários à outorga ou à renovação. Já a Presidência tem uma responsabilidade de caráter menos técnico e mais

político – embora também atue na revisão dos processos, na elaboração das mensagens presidenciais e no encaminhamento dos processos para o Congresso Nacional.” (2011, p. 6).

Dados revelados pelo Panorama da Comunicação e das Telecomunicações (CASTRO, MARQUES DE MELO, CASTRO, 2010), retratavam o aumento do número de emissoras em operação entre os anos de 2001 a 2009 em torno de 44%, sendo o maior crescimento registrado até meados da primeira década deste século.

Figura 1 – A evolução do número de emissoras

RÁDIOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	05/2010
FM	1.622	2.025	2.149	2.223	2.320	2.600	2.678	2.732	2.903	2.295
OM	1.632	1.682	1.697	1.707	1.708	1.711	1.718	1.749	1.773	1.708
OC	64	62	66	66	66	66	66	66	66	S/D
OT	78	76	75	75	75	75	75	74	74	
Com	980	1.625	1.932	2.207	2.443	2.734	3.154	3.386	3.897	

Fonte: (CASTRO, MARQUES DE MELO, CASTRO, 2010)

No caso das OMs, frequência na qual operam as principais emissoras do país, em razão da limitação do espectro, há muito ocupado, registra-se pequena variação positiva, naturalmente sinalizando um quadro de estabilidade. O mesmo se repete com as OTs e as OCs, banda usada por muitas emissoras do interior do Brasil e também para reproduzir sinais das grandes emissoras dos centros urbanos.

Já as comunitárias, operações de limitada cobertura em bairros e áreas densamente ocupadas nas metrópoles, experimentam um crescimento exponencial, o aumento foi de quatro vezes entre o início e o fim desta década. (CASTRO, MARQUES DE MELO, CASTRO, 2010, p. 1196-197).

O estudo apontou ainda que a distribuição das emissoras por estado seguindo tendências dos meios impressos, há um maior número de canais operando na região Sudeste do país, seguido pelas regiões: Sul e Nordeste,

dados confirmados pela Anatel (2014). “Todavia se considerada a densidade populacional das cidades dessas regiões, há maior equilíbrio com o número de estações de rádio”. (CASTRO, MARQUES DE MELO, CASTRO, 2010, p. 197). Há uma tendência de evolução no crescimento das verbas publicitárias no meio radiofônico, conforme figura 2.

Figura 2– A evolução do faturamento com publicidade

Meio	2005	2006	2007	2008	2009
Rádio	668.279.990, 00	726.590.791,6 5	767.249.908,9 5	902.452.967,32	986.876.313, 54

Fonte: (CASTRO, MARQUES DE MELO, CASTRO, 2010)

A pesquisa do IBOPE, divulgada no site Mídias Digitais, do mesmo estudo, apresenta dados do ano de 2010, com entrevista a 19.456 pessoas, entre os meses de agosto e julho do corrente ano. O resultado foi a concentração de audiência nas capitais do país, em praticamente todas as regiões. “Verifica-se o hábito de escutar rádio: em Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Da mesma maneira, há registro de audiência nas cidades do interior, especialmente dos estados das regiões Sudeste e Sul.”

Nota-se que o veículo rádio é transversal a toda a população, independente de classe social, nível cultural, sexo ou idade. E, o estudo demonstra ainda, que o ouvinte “mantém o velho hábito de escutar rádio em casa, embora as audiências no carro e no trabalho não possam ser desprezadas.” (Figura 3).

Figura 3 – Locais de escuta do rádio

Local	Percentual de ouvintes		
	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo
Em Casa	53,34%	41,32%	34,04%
No Carro	10,34%	5,13%	3,75%
No Trabalho	10,53%	4,44%	1,82%
No Transporte Público	1,67%	0,43%	0,11%

Fonte: (CASTRO, MARQUES DE MELO, CASTRO, 2010)

Segundo a pesquisadora GOMES (2007), os indicadores populacionais divulgados pelo IBGE, com o ainda elevado índice de analfabetismo no país, legitimam o rádio como meio de comunicação ainda mais importante na vida dos brasileiros, especialmente pela atuação educacional, mas que necessita do aprimoramento de sua equipe para uma ação mais pontual diante das necessidades da população.

[...] esse valor educativo e cidadão atribuído ao veículo carece de ser esculpido no repertório dos próprios radialistas. Elevar o nível de conhecimento e conscientização dos comunicadores para que eles estejam também habilitados para conversas mais consistentes com o seu público é ressignificar o rádio para atuação cooperante e concomitante nos muitos espaços educativos que se propõe ao serviço da democracia. É devolver ao rádio seus ouvidos, que aos poucos foram ensurdecendo-se, e convocar de seus microfones outras palavras, agora musculadas por sua consciência crítica. (GOMES, 2007, p.174)

1.4 HIPÓTESE

A gestão de uma rádio educativa, no tocante à participação social, dialoga com os princípios da educação em Saúde, podendo ser utilizada nas estratégias de gestão para ações na área da Saúde Pública.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL:

Analisar como a participação social é enunciada nos discursos dos profissionais envolvidos na programação de uma rádio educativa.

2.2 ESPECÍFICOS:

1. Identificar quais mecanismos de participação social são utilizados pela rádio educativa para garantir o formato educativo cultural na programação.
2. Identificar pressupostos teóricos que sustentam os conceitos de participação social e ação educativa dos profissionais que atuam na rádio educativa.

3 MÉTODOS

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratória, individuada, observacional, transversal, desenvolvida sob o formato de Estudo de Caso na qual, por meio do método qualitativo de análise temática categorial, procura-se compreender a percepção sobre o fenômeno da participação social e da educação em saúde entre os profissionais atuantes em uma rádio educativa de grande audiência.

DEMO (2000) destaca a caracterização da pesquisa qualitativa pela proposta da elaboração de perguntas em contraposição a toda resposta fechada, dicotômica, fatal. Salienta que este tipo de pesquisa prima pelo aprofundamento por familiaridade, conveniência, comunicação. “Embora a ciência, ao final de contas, não consiga captar a dinâmica em sua dinâmica, mas em suas formas, a pesquisa qualitativa tenta preservar a dinâmica enquanto analisa, formalizando mais flexivelmente.” (2000, p. 159).

São consideradas metodologias qualitativas, por exemplo, pesquisa participante, pesquisa - ação, história oral, observação de cariz etnometodológico, hermenêutica, fenomenologia, levantamentos feitos com questionários abertos ou diretamente gravados, análises de grupos, que, como vemos, abrigam horizontes bastantes heterogêneos. Em parte, definem-se como metodologias alternativas, porque buscam salvaguardar o que a metodologia dura joga fora, por não caber no método, sendo isso por vezes o mais importante na realidade. Advindo geralmente esse gesto das ciências sociais, existe o interesse em apanhar o lado subjetivo dos fenômenos, buscando depoimentos que se transformam em dados relevantes, também oriundos de pessoas simples. (DEMO, 2000, p. 152).

Para MINAYO (2013) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, trabalha com um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na perspectiva teórica de GIL, “as pesquisas com base em seus objetivos classificam-se em três grupo: exploratórias, descritivas e explicativas” (1991, p.45). Destaca-se o objetivo de garantir maior conhecimento com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses, visando, essencialmente, o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Para o autor, em grande parte dos casos, a pesquisa exploratória envolve: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”, (1991). “Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso” (1991, p. 45).

Para YIN, (2001, p. 32) o Estudo de Caso “é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde as múltiplas fontes de evidência são utilizadas”.

Para DUARTE (2005 b) há uma preocupação para diversos autores sobre o tema para quem “apesar de os estudos de caso serem

frequentemente qualitativos, na coleta e no tratamento dos dados, “... ele pode centralizar-se no exame de certas propriedades específicas, de suas relações e de suas variações, e recorrer a métodos quantitativos” (BRUNE, HERMAN e SCHOUTHEETE)”. (DUARTE, 2005 b, p. 218).

GIL (1994) destaca que o estudo de caso se caracteriza pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo: tarefa praticamente impossível diante dos outros delineamentos considerados. Afirma ainda, que é expressivo para as pesquisas exploratórias uma vez que se fundamenta “na ideia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa.” (GIL, 1994, p. 79).

No delineamento individuado, parte-se da proposta de ALMEIDA FILHO e ROUQUAYROL (2006), que faz uso do termo, individuado, para o tipo operativo no desenho de investigação proposto para a esta pesquisa. Para o autor, entende-se o termo “individuado, de um uso propositalmente alterado, buscando uma conotação distinta do processo psicológico de “individualização”, para contrastar com o adjetivo “agregado”, pólo oposto do eixo classificatório em pauta” (2006, p.169).

Ainda seguindo a proposta do autor quanto a posição do investigador a pesquisa é classificada como observacional e quanto a referência temporal é transversal ou seccional “quando a produção do dado é realizada em um único momento (singular) no tempo, como se fora um corte transversal do

processo de observação.” (2006, p. 170).

Para o levantamento de dados utilizou-se dos três procedimentos descritos por LAKATOS e MARCONI (2010), pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos. Foram realizados estudos sobre a literatura pertinente ao tema central da pesquisa com análise das fontes documentais em dois aspectos: documentos e contatos diretos.

Os documentos utilizados valeram-se de:

- a) Fontes primárias – dados históricos sobre o objeto de estudo, com pesquisa em arquivos públicos oficiais (municipais, estaduais e nacionais) tais como leis, e demais publicações parlamentares e administrativas, e de fontes estatísticas (censos) de vários órgãos oficiais para a coleta de aspectos das atividades da sociedade em análise, além de mapas, fotografias e outras ilustrações e também os registros em geral de arquivos particulares;
- b) Fontes secundárias – obras referentes ao assunto da pesquisa.

O contato direto com os pesquisados ocorreu por meio das entrevistas e estão delimitadas no item, Participantes de Estudo. Na maioria dos estudos de casos é possível distinguir quatro fases, segundo DEMO (1999): a) Delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) análise e interpretação dos dados; d) redação do relatório.

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

A população do estudo é composta por oito indivíduos (informantes – chave,) diretamente responsáveis pela direção administrativa, direção técnico-administrativa e responsáveis pela concessão pública da rádio educativa.

Ao todo foram entrevistados dois diretores (FAI e rádio), um jornalista, quatro radialistas (técnicos e locutores) e o prefeito do município de Adamantina – São Paulo, local de instalação e funcionamento da emissora rádio educativa Cultura FM 99,3 Mhz.

3.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO OBJETO DE ESTUDO

Demo, (1991) afirma que o primeiro procedimento em um Estudo de Caso consiste em delimitar a unidade que o constitui. “Este pode ser uma pessoa, uma família, uma comunidade, um conjunto de relações ou processos (como conflitos no trabalho, segregação racial numa comunidade etc) ou mesmo uma cultura.” (DEMO, 1991, p. 121)

No presente estudo a unidade escolhida para análise foi a Rádio Educativa Cultura FM com sede na cidade de Adamantina, região da Alta Sorocabana do estado de São Paulo. Situada no extremo oeste do Estado de São Paulo, a região ocupa a quarta posição em extensão territorial com

23.952 km, ou seja, 9,6% do território paulista.

Figura 4 - Mapa Região Administrativa de Presidente Prudente

Fonte: IGC, 2011

Os 53 municípios, que compõem a região da Alta Sorocabana, estão distribuídos em três Regiões de Governo (RG): Adamantina, Dracena e Presidente Prudente, totalizando, segundo dados do IBGE (2010), 202.789 habitantes.

Além de estar na área de influência da Hidrovia Tietê-Paraná, que forma um corredor de escoamento de produtos para países do Mercosul, a RA de Presidente Prudente tem como principais vias de acesso à Rodovia Raposo Tavares (SP-270), que faz a ligação com a capital paulista e o Estado de Mato Grosso do Sul; a Assis Chateaubriand (SP-425), que conecta ao Paraná e às regiões do oeste e norte do Estado de São Paulo; a Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), que faz a junção de vários municípios da RA com o Rio Paraná e, no sentido oposto, com Bauru e a Rodovia Marechal Rondon; e a Júlio Budiski (SP-501), que une Presidente Prudente à SP-294. É servida ainda pela malha Paulista, antiga Fepasa, e pelos Aeroportos de Presidente Prudente, Adamantina e Dracena. Geograficamente a região tem como limites: a leste, a RA de Marília; a norte, a RA de Araçatuba; a oeste, o Estado do Mato Grosso do Sul, separado pelo Rio Paraná; e a sul, o Estado do Paraná, separado pelo Rio Paranapanema. (SEADE, 2007, p.2).

Os municípios da área delimitada, Nova Alta Paulista, integram-se a duas Regiões Administrativas (RA) do Estado de São Paulo: Presidente Prudente denominada Alta Sorocabana (sede da 10ª Região) e por Marília denominada Alta Paulista (sede da 11ª Região) com uma população de 376.066 habitantes (IBGE, 2010).

3.3.1 AMNAP – Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista

Para esta pesquisa a organização geográfica e urbana baseou-se na constituição dos 31 municípios da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP). Criada em 20 de julho de 1977, “constitui-se na principal representação política de trinta municípios localizados no extremo Oeste Paulista” (GIL, 2006/2007, p.7).

Pela delimitação territorial do Governo de São Paulo, os municípios da área analisada, são oriundos das RG: RA de Presidente Prudente e Marília, segundo dados oficiais do Escritório Regional de Planejamento (Erplan), da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

[...] Os municípios membros da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP-, sua principal representação política desde 1977. Numa área de 8.484 km², distribuída em trinta municípios, vivem 362.573 habitantes (IBGE, Censo 2000), sendo que cerca de 85% residem nas cidades. De formação recente (após 1930), essa área viveu, em poucas décadas, três fases distintas: um intenso processo de colonização, entre as décadas de 1930 e 1960, uma rápida desaceleração e desarticulação de sua economia nas décadas de 1970 e 1980, e a manifestação de rearranjo, principalmente espacial, econômico e social, a partir do final da década de 1990. (GIL, 2007, p. 67).

Figura 5 - Municípios que compõem a AMNAP, referência cidade de Adamantina

Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelo IGC, 2011

O prefeito de Adamantina (Anexo 3), Ivo Santos Júnior, é o atual presidente da AMNAP para a gestão 2013/2016. Além da importância

regional do município é preciso destacar a disponibilidade dos diretores da rádio e a facilidade de acesso da autora deste trabalho ao local de realização das entrevistas.

A Rádio Cultura localizada em Adamantina é um referencial estratégico do ponto de vista geográfico e comunicacional uma vez que sua potência de transmissão viabiliza ouvintes residentes em toda região compreendida na área da Nova Alta Paulista (346 mil pessoas), regiões administrativas de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília (total população 667 mil habitantes), dados populacionais da Fundação Seade – IBGE, 2010.

Torna assim, a Rádio Cultura FM, de Adamantina, uma ferramenta estratégica dentro das políticas públicas dos municípios envolvidos nestas áreas administrativas.

3.3.2 Rádio Cultura FM de Adamantina

A emissora tem potência de transmissão de 1000 watts e antena de 60 metros, com quatro elementos de polarização circular, e sua frequência atinge um raio de 100Km, atendendo Adamantina e região.

Uma emissora educativa que apresenta um diferencial sobre espaço para produção de programas, especialmente, para o poder público municipal e para os cursos da FAI, como um potencial de atendimento as necessidades da população por meio das atividades de extensão de suas graduações, e nas questões relativas aos problemas locoregionais tais como saúde, educação, segurança, lazer, direitos. A rádio Cultura FM apresenta condições para contribuir com uma programação específica com seu formato

educativo cultural como solução para trabalhar as questões relativas a cidadania.

Diferente das rádios comunitárias, a rádio educativa tem a missão de propiciar aos seus ouvintes o desenvolvimento da capacidade crítica, político cultural o que inclui identificação de artistas regionais, estímulo ao jornalismo comunitário, à participação social e ao processo educação de uma região.

O fato da sua potência, em quilowatt (kW), permitir estrapolar os limites de um bairro, o que não é o caso das rádios comunitárias, por esta característica técnica permite ampliar as possibilidades de discussão sobre políticas públicas municipais/regionais e estabelecer alternativas de comparação entre propostas executadas com cidadãos em diferentes municípios, constituindo-se em um espaço de difusão de ideias e projetos culturais que tenham comprometimento para a transformação da sociedade. O rádio, sendo um veículo que tem em si próprio a tradição do popular, aliado a uma programação educativa pode contribuir muito no processo de resgate à cidadania.

No tocante às suas potencialidades, cabe destacar que, de maneira distinta das rádios comerciais, a rádio educativa Cultura FM tem constituído um corpo diretivo com representantes dos serviços públicos e de uma instituição de ensino superior, atualmente, responsável pela concessão da emissora.

Reafirma-se assim, o princípio de que uma emissora educativa não seja uma rádio institucional, mas sim uma rádio que através desse governo sirva à população com uma programação plural e democrática. Tais

condições em conjunto criam uma condição de resistência a ingerência econômica na programação de uma rádio educativa composta por música, jornalismo/prestação de serviços e programas culturais/educativos.

Segundo documentos da emissora, a Rádio Cultura FM foi ao ar em setembro de 1991 e era sintonizada em 106,1 Mhz, fazendo parte do Setor de Educação e Cultura Municipal. Suas instalações ficavam no sexto andar do prédio da Prefeitura Municipal de Adamantina, na Rua Osvaldo Cruz, nº 262, na região central da cidade.

Posteriormente, em 1998, uma lei municipal foi criada para que as instalações da emissora fossem transferidas para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina e Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Adamantina, unificadas e passando a se denominar: Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI) (Anexo 4).

Desde então, a rádio educativa, Cultura FM, é mantida pela direção das Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI) e está atrelada ao projeto-pedagógico dessa autarquia, especialmente ao Departamento de Comunicação para os cursos de graduação com habilitações em Jornalismo e Publicidade e Propaganda (FAI, 2014).

Segundo dados, disponibilizados no site da emissora (FAI, 2011), a prioridade é pela veiculação da música popular brasileira (MPB), além de outros estilos musicais, entre os quais: *jazz*, *blues*, música instrumental, *rock*, sertaneja, *pop*, entre outros ritmos. Com o objetivo de transmitir programas informativos, educativos e culturais, buscando sempre a integração social, a emissora também desenvolve outras atividades, como o

radiojornalismo e prestação de serviços à comunidade.

Figura 6 – Fachada da Rádio Cultura Adamantina

Fonte: Arquivo próprio

Figura 7 – Interface do hotsite da Rádio Cultura FM

Fonte: FAI, 2014.

3.3.3 A FAI e a missão e educativa

As Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI), possui 32 cursos de graduação e 24 cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, além de realizar diversos cursos de extensão e aperfeiçoamento para atendimento da comunidade acadêmica e das demandas regionais (FAI 2012).

Figura 8 – Campus 1 da FAI, sede administrativa e da Rádio Cultura

Fonte: FAI, 2012

Tem como missão “promover o ensino, a pesquisa e a extensão, respeitando a diversidade das áreas e fomentando a interdisciplinaridade, formando profissionais éticos e comprometidos com os princípios de ordem pública e com a responsabilidade social, afirmando a relação da Instituição com o desenvolvimento socioeconômico do Município de Adamantina e de toda Região da Alta Paulista.” (FAI, 2012).

Figura 9 – Campus 2 da FAI

Fonte: FAI, 2012

Sua participação no cenário regional é significativa com a inserção dos alunos no mercado de trabalho por meio de convênios com empresas e prefeituras de Adamantina e região contando com a parceria do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Ao longo dos anos, tem buscado sua consolidação, com o aperfeiçoamento de suas áreas acadêmica, técnico-administrativo e o desenvolvimento da pesquisa científica (FAI 2012).

Entre as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2012) visando possibilitar avanços no crescimento regional se destacam: estimular o conhecimento dos problemas regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Figura 10 – Campus 3 da FAI

Fonte: FAI, 2012

As propostas educativas promovidas pela IES, especialmente com suas ações de extensão, podem ser alavancadas com a utilização sistemática da emissora Educativa Cultura FM como veículo de formação dos alunos e de diálogo com a comunidade.

Desta forma, o conteúdo da programação da emissora, seja o jornalismo, os programas de variedades ou educativos e mesmo a programação musical podem servir como um eficaz instrumento de comunicação por meio de uma programação plural e democrática, visando resgatar o sentimento de cidadania quanto as suas necessidades comunitárias.

3.3.3.1 FAI/Mídia e Saúde: COMSAÚDE

A IES realizou em parceria com a Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional duas edições da Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde (COMSAÚDE), nos anos de 1999 e 2000. Segundo EPSTEIN (2001), desde 1998, foram promovidas as Conferências Anuais de Comunicação e Saúde (COMSAÚDE), pela Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação para o Desenvolvimento Regional.

Os anais com os trabalhos dos três primeiros eventos, organizados em parceria com a FAI, foram apresentados na obra Mídia e Saúde (Figura 12), “... colocam a comunicação no plano que merece nas questões de saúde, isso é, em primeiro plano”, afirma o pesquisador Epstein na Introdução da obra.

Figura 11 – Livro editado COMSAÚDE

A partir de 1998, como resultado da pesquisa apresentada como Projeto Comsalud, executada em 1997 com o apoio a Organização Pan-

Americana de Saúde (OPAS), surge a COMSAÚDE visando a investigação do papel da mídia frente aos desafios da saúde neste novo tempo para os países latino-americanos.

Neste contexto, os eventos foram realizados, anualmente, sempre em parceria com outras instituições acadêmicas, criando condições para uma reflexão entre a teoria e a prática nas áreas da comunicação e da saúde em tempo de globalização. A I COMSAÚDE: Mídia e Saúde Pública aconteceu no campus da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), entre os dias 21 e 23 de outubro de 1998.

A FAI promoveu a II COMSAÚDE: Comunicação e Saúde Comunitária nos dias 10 e 12 de novembro de 1999, com a discussão de sete grandes temas: 1. Saúde na Televisão e no Rádio; 2. Mobilização Comunitária para a Saúde; 3. Pontos de Excelência no Brasil; 4. Saúde na Imprensa Escrita; 5. A Ética na Informação da Saúde; 6. Saúde “on-line”; 7. Mídia, Saúde, Mulher e Violência.

A III COMSAÚDE, novamente, no campus da FAI, com o tema Comunicação e Promoção da Saúde, aconteceu nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2000 apresentou três temas centrais: 1. A importância da Comunicação na Promoção da Saúde; 2. Comunicação e Saúde Pública e 3. Saúde na Mídia; Mesas redondas: 1. Políticas Públicas: Comunicação e Saúde e 2. Assessoria de Imprensa em Instituições Científicas.

No encerramento da III COMSAÚDE (2000) os pesquisadores comunicacionais encaminharam à XI Conferência Nacional de Saúde,

daquele ano, realizada entre os dias 16 e 19 de dezembro, uma Moção, aprovada na plenária final do evento, conhecida como Declaração de Adamantina, considerando-se entre outros pontos (EPSTEIN, 2001, p. 843-844):

- a Saúde Pública como atribuição de toda sociedade e não exclusiva à área médica;
- a solução dos problemas da saúde podem em parte contar com os recursos da comunicação, no sentido de disseminar novo olhar na prevenção e promoção dos valores da saúde;
- a comunicação como um fator substantivo integrado à própria estratégia da ação em conjunto ao Sistema de Saúde nacional;
- os MCM como pontos forte no esclarecimento dos problemas e no equacionamento das soluções, destacado o papel do rádio, por meio das milhares de emissoras comunitárias e cidadãos existentes no país;
- ações possíveis com a participação ativa dos comunicadores sociais como “verdadeiros agentes de promoção da saúde”.

A III COMSAÚDE contou com a apresentação de grupos de trabalhos nos seguintes temas: I – A: Comunicação Interpessoal (face a face) na Saúde; I – B: A Ética na Comunicação da Saúde, Grupo II: O Papel da Comunicação nos Grupos de Excelência; Grupo III – A: Comunicação e Saúde Pública: A Cultura da Saúde; Grupo III – B: Comunicação e Saúde Pública - Sistemas de Informação em Saúde. Grupo III – C: Comunicação e Saúde Pública: o Papel da Comunicação nas Epidemias e nas Endemias; Grupo IV - A: Saúde na Mídia: Saúde na Imprensa e Grupo IV – B: Saúde

no Rádio e TV.

A presença nas duas conferências, nas dependências da FAI, com a presença de pesquisadores/palestrantes de outros estados e de países do exterior (México, Colômbia, Argentina e Bolívia) serviu como referências para discutir a saúde no âmbito das questões latino-americanas neste contexto multimidiático, proporcionando aos pesquisadores e comunicadores uma revisão ampla da importância frente aos desafios que se fazem presentes no contexto multidisciplinar: mídia e saúde.

Os pesquisadores MARQUES DE MELO E PESSONI (2010) traçaram um itinerário do projeto COMSAÚDE até a sua última edição em 2010 comprovando os estudos sobre a interface Saúde e Comunicação com o detalhamento de cada edição: IV COMSAÚDE (2001) com o tema Comunicação para a saúde da família; V COMSAÚDE (2002) com o tema Saúde Pública na agenda midiática; VI COMSAÚDE (2003) com tema o Mídia, mediação e medicalização; VII COMSAÚDE (2004) com o tema Mídia, saúde e alimentação; VIII COMSAÚDE (2005) com o tema Mídia e ambiente de trabalho; IX COMSAÚDE (2006) com o tema Informação, saúde, cibercultura: mutirão para promover hábitos saudáveis; X COMSAÚDE (2007) com o tema Envelhecimento bem-sucedido; e a última edição realizada: a XI COMSAÚDE (2008), com o tema Comunicação, saúde e gênero.

Para MARQUES DE MELO (1999), titular da Cátedra Unesco/Umesp, o ponto alto da conferência registra-se no fato de "colocar em confronto dois agentes diferentes: os comunicadores (jornalistas, publicitários) e os

especialistas em conteúdo (médicos, educadores, sanitaristas)". A proposta da COMSAÚDE, segundo o autor, propõe colocar esses dois tipos de agentes em diálogo, fazendo com que os comunicadores possam entender a natureza dos problemas médico-sanitários e, ao mesmo tempo, os profissionais de saúde conheçam melhor o sistema midiático, para que possam interagir em proveito da opinião pública.

O entendimento entre as duas áreas podem contribuir de forma decisiva em questões prioritárias para a sociedade.

3.3.4 Sistema de saúde local

O município enfrenta alguns problemas pontuais no campo da saúde nos quais a rádio educativa Cultura FM, em parceria com a secretaria municipal de Saúde, poderia contribuir, com uma programação direcionada em sua grade, visando a educação e participação da população nas questões pertinentes a melhoria na qualidade de vida.

Tomando-se por base os dados do perfil de saúde da Adamantina (SEADE, 2014), por exemplo, no caso da taxa de mortalidade de 15 a 34 anos, representantes de faixa de maior produtividade o município apresenta um índice superior comparado a região com 1,4% e em relação ao Estado de 1,3%, apontando a vulnerabilidade dos jovens trabalhadores e sinalizando fatores de risco bem específicos da região em estudo.

Outro problema de saúde em que Adamantina se destaca refere-se a taxa de partos cesáreos acima da média da região e quase 1,5% do próprio Estado. Apenas para citar dois indicadores de saúde em relação a região e ao Estado.

Em relação a questões de condições de vida apontados pelo perfil de saúde é importante destacar a contribuição positiva que processos educativos voltados à terceira idade poderiam trazer para a qualidade de vida desta população. Adamantina tem uma esperança de vida ao nascer acima de 74 anos, média muito superior à do Estado de 69 anos. Com isso, a rádio educativa seria um importante espaço para a educação em saúde e estímulo para a convivência social.

Estes são problemas pontuais, presentes em outros municípios da região, e que poderiam constituir ou integrar a produção dos programas da emissora educativa Cultura FM tendo como fontes os poderes públicos e a própria instituição FAI, com os seus cursos de graduação e pós-graduação, ligados às áreas que compreendem a Saúde Pública.

3.4 PLANO DE ANÁLISE

A entrevista foi o procedimento definido para a coleta de dados LAKATOS e MARCONI (2010) definem como um método de investigação social para a coleta de dados ou para auxiliar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

As autoras explicam que na entrevista despadronizada ou não estruturada, em geral as perguntas elaboradas são abertas e valem-se de

uma conversa informal. LAKATOS e MARCONI (2010) propõem ainda a modalidade focalizada “quando há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem a liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal” (2010, p. 180).

Para DEMO (1999) a coleta de dados no estudo de caso é feita mediante o concurso dos mais diversos procedimentos. Os mais usuais são: a observação, a análise de documentos, a entrevista e a história de vida. Geralmente utiliza-se mais de um procedimento. “É muito importante também para a análise de dados utilizar categorias analíticas”. (1991, p. 122 - 123).

Neste estudo, valendo-se do método da Análise temática categorial proposta por BARDIN (1977) procedeu-se a análise do material coletado. Para os autores, este tipo de análise possibilita um conjunto de instrumentos metodológicos aplicado a diferentes e diversos discursos.

BARDIN (1977, p. 42) conceitua a análise de conteúdo na perspectiva de “um conjunto de técnicas e análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.”

Para DEMO (1999) a “análise de conteúdo não fica apenas nas fichas, nos relatórios, nas gravações, porque sabe que isto é instrumento, vestimenta, aparência” (1999, p. 43). O autor afirma que a análise qualitativa

não despreza a forma, mas coloca no seu lugar, ou seja, de instrumento de expressão de conteúdo. “Queremos chegar aos conteúdos, discuti-los, entende-los, critica-los”. (DEMO, 1999, p.43).

RICHARDSON (2007, p. 222) credita a análise de conteúdo como tema central para todas as ciências humanas e com o transcurso do tempo tem-se transformado em um instrumento importante para o estudo da interação entre os indivíduos.

Ainda segundo BARDIN (1977), pertencem, pois ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares. A organização da análise gira em torno de três momentos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. (BARDIN, 1977, p. 42).

A etapa da pré-análise tem por objetivo a organização, embora segundo a autora, “ela própria seja a composta por atividades não estruturadas, <<abertas>>, por oposição à exploração sistemática dos documentos” (BARDIN, 1977).

Posteriormente, a etapa de exploração do material, é uma fase longa e que demanda tempo, uma vez que exige do pesquisador operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

Na terceira etapa, “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (<falantes>) e válidos”. O pesquisador tendo à sua disposição resultados significativos e fieis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. (BARDIN, 1977, p. 101).

A partir da gravação das respostas a um roteiro de entrevista, despadronizada ou não estruturada, na modalidade focalizada, pré - testada aplicada aos profissionais da emissora, houve a transcrição dos conteúdos para uma planilha de texto no software Word.

Desta maneira, procurou-se no plano de análise da pesquisa seguir as etapas propostas pelo método:

- 1ª etapa da Pré - Análise: realizou-se uma leitura flutuante, com contato direto com todo o material obtido com o campo por meio das entrevistas gravadas e transcritas de forma fidedigna, utilizando-se do pressuposto técnico do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), LEFÈVRE & LEFÈVRE (2003), para a identificação das ideias centrais nas categorias temáticas em estudo presentes nos discursos individuais.

Para LEFÈVRE & LEFÈVRE (2003; 2005) a pesquisa qualitativa expressa o pensamento coletivo sob a forma de discursos resultantes das entrevistas realizadas.

Na sequência desta fase pré - analítica, realizou-se o recorte dos discursos determinando-os em unidades de contextos e unidades de registro para a categorização proposta por BARDIN (1977).

- 2ª etapa da Exploração do Material: em uma ação classificatória, uma vez transcritos todos os discursos, e realizado o recorte dos textos em unidades de registro, “que podem se constituir em palavras, frases, temas, personagens e acontecimentos” (MINAYO, 2014, p. 317), buscou-se, a seguir, escolher as expressões mais significativas a cada categoria, realizando a classificação e agregação dos discursos com a definição das categorias temáticas responsáveis pela escolha dos temas: participação social, programação participativa, ação participativa e ação educativa. A categorização realizada em função das respostas dadas pelos informantes, exatamente como expressos por eles.

Realizou-se a classificação, na perspectiva da identificação dos constructos instituídos e incorporados pelos profissionais da rádio educativa Cultura FM, no tocante ao significado da participação social e de como esta representação se expressa no direcionamento da linha editorial e programação da emissora.

- 3ª etapa do Tratamento dos resultados: as interpretações aconteceram com a formulação de um discurso síntese para cada informante, inter-relacionando-os com cada unidade de registro identificada.

Ao final, redigiu-se um discurso síntese para cada agrupamento de informantes, por categoria temática, e que contemplasse as unidades de registro presentes em cada discurso individual, propondo a análise categorial temática, uma das técnicas da análise de conteúdo de BARDIN (1977), MINAYO (2014). As análises foram finalizadas à medida que se percebeu,

em alguns discursos, um padrão repetitivo nas respostas dadas, ou seja, foram finalizadas por saturação.

3.5 ENTREVISTA

Para esta pesquisa optou-se pelo instrumento com roteiro de entrevista semiestruturada (Anexo 5), composto por 20 perguntas (abertas/fechadas), sendo 14 para a os responsáveis pela equipe técnica e pelos programas e no caso dos entrevistados serem os responsáveis pelos programas de rádio, um conjunto complementar de duas perguntas foram aplicadas, e, para o diretor responsável pela política editorial da emissora e pela concessão da emissora, quatro perguntas foram aplicadas.

As entrevistas aconteceram no período de 10 de dezembro de 2013 a 18 de fevereiro de 2014. Os responsáveis pelas atividades técnico-administrativas foram entrevistados nos estúdios da Rádio Cultura FM, nos horários de entrada ou saída da atividade profissional, o diretor da faculdade em seu gabinete no campus I da FAI e o prefeito em seu gabinete no paço municipal, com uma média de 15 minutos e 44 segundos de duração por entrevista.

A definição pelo modelo semiestruturado ocorreu por esta abordagem permitir focar nos aspectos operacionais dos sujeitos de pesquisa, possibilitando a liberdade para expressarem suas opiniões sem que haja contaminação com respostas inter informantes. Torna possível também, controlar a influência do pesquisador, e, ao contrário de estudos por narrativas ou questionários 100% abertos, permitir ao informante expressar

suas ideias de forma mais livre, sem contudo, tolher sua impressão sobre participação social e ação educativa, objetos deste estudo.

Para DEMO (1991), são instrumentos eficazes para coleta de dados nos levantamentos qualitativos utilizando-se das técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista o formulário. Entende-se assim, a entrevista “como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde. [...] convém lembrar que as técnicas de interrogação possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados”. (DEMO, 1991, p. 90).

Para RICHARDSON (2007) a entrevista proporciona um importante momento de interação face a face o que permite uma estreita relação entre as pessoas, traduzindo-se em uma comunicação bilateral.

Buscou-se assim, investigar os pressupostos teóricos que norteiam, os sentidos dos objetos de investigação: a administração, a emissora, a programação. Os núcleos temáticos (formulações discursivas) das perguntas procuraram responder aos objetivos específicos da pesquisa.

3.6 ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Os oito participantes da pesquisa, responsáveis pela direção administrativa, direção técnico-administrativa e responsáveis pela concessão pública da rádio educativa, participaram das entrevistas que foram integralmente transcritas de acordo com a técnica proposta por LEFÉVRE & LEFÉVRE (2003, 2005) e as operações de recorte do discurso, em unidades comparáveis de categorização para análise temática, analisadas pelo

método de Análise temática categorial proposta por BARDIN (1977); MINAYO (2014).

Para reduzir vieses de análise, optou-se pela releitura dos discursos em três momentos distintos e distantes, de no mínimo 40 dias, por pesquisadores envolvidos no estudo. Aceitou-se como representativas dos discursos as expressões chaves que estivessem presentes em todos os momentos das análises. As leituras em tempos, substancialmente diferentes, permitiram a percepção de novos pontos de vistas e a confirmação das ideias centrais ao longo deste processo, houve independência de leitura entre um momento e outro.

Foram definidas quatro categorias temáticas (A a D), conforme Quadro 2, e identificadas nas respostas, e que contemplam o pensamento da equipe de profissionais da emissora e da direção de sua linha editorial.

Quadro 2 – Definição das categorias temáticas

CATEGORIA	TEMA
A	Participação Social
B	Programação Participativa
C	Ação Participativa
D	Ação Educativa

A transcrição dos discursos, em unidades de registro e no discurso síntese, é apresentada por uma categoria indicadora onde a letra contempla o tema central e o número indexado à letra o número de identificação do profissional da emissora: [p.ex. (A, i 1) = Categoria A, informante 1].

Desta maneira a informação dos entrevistados obedece a seguinte ordem (Quadro 3): informante; sexo; idade, ou seja, a informação i 1, M, 58 deve ser compreendida como informante (1); masculino, 58 anos de idade e assim, sucessivamente, em todos os resultados obtidos.

Quadro 3 – Identificação dos informantes da pesquisa

ENTREVISTADO	INFORMANTE
i 1, M, 58	1
i 2, M, 50	2
i 3, M, 44	3
i 4, M, 51	4
i 5, F, 26	5
i 6, M, 30	6
i 7, M, 19	7
i 8, F, 22	8

Na categoria A (participação social), verificou-se a similaridade das perguntas originais do questionário no tocante ao conteúdo e a abrangência das respostas, de forma que em relação ao item participação social há congeneridade nas perguntas 3, 4, 5, 6 e 7, são elas:

- 3 – Para você existe a participação da comunidade na produção da programação da RC (sim, não, não sabe).
- 4 – Quando que acontece esta participação na programação da rádio?

- 5 – E você acredita que quais mecanismos que permitem (possibilitem) a participação da comunidade na programação da RC?
- 6 – Como acontecia a participação na programação da rádio cultura em alguns momentos?
- 7 – Na sua opinião por que ocorre a participação na programação da RC em alguns momentos?

Entendendo que o eixo condutor no qual todas as perguntas puderam se alinhar a questão:

Quadro 4 – Questão da categoria A

CATEGORIA A	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
PERGUNTA	Para você a proposta de participação da comunidade na programação da RC FM pode ser melhorada ou ampliada? Como?

Pretende-se com esta organização do eixo condutor aglutinar a experiência dos profissionais da Rádio Cultura FM com o processo de participação social explicitando os referenciais teóricos que a representação sobre participação social adotados por estes profissionais, as oportunidades na programação e a práxis contemporânea nesta questão.

Na categoria B (programação participativa) e categoria C (ação

participativa) optou-se por abordar a questão, da programação participativa e da ação participativa, como subitens do processo de participação social partindo do pressuposto que a ação participativa expressa os aspectos específicos do processo de participação social. Neste sentido, a ação participativa é compreendida como o conjunto de iniciativas dos profissionais da Rádio Cultura FM voltados a acolher a demanda a comunidade.

Em relação a programação participativa percebemos como resultado do processo de participação social sobre o modus operante da Rádio Cultura FM, portando a via final comum para todo o esforço dispendido na comunidade junto a rádio em sua operacionalização.

De forma que, tanto a ação participativa como a programação participativa, em relação ao item participação social, remetem congeneridade nas perguntas 9, 10, 15 e 16.

- 9 – Qual a sua opinião sobre a participação da comunidade na produção da programação da rádio?
- 10 – Como esta programação participativa poderia acontecer na RC FM?
- 15 – Como a comunidade participa na programação no horário em que você é responsável pelo programa da RC?
- 16 – Por que é importante a participação da comunidade em seu programa?

A seguir, o eixo condutor no qual todas as perguntas puderam se alinhar a questão:

Quadro 5 – Questão das categorias B e C

CATEGORIA B / C	PROGRAMAÇÃO PARTICIPATIVA / AÇÃO PARTICIPATIVA
PERGUNTA	Para você como se dá o processo de participação na programação da RC?

Para a questão sobre ação educativa seguindo o questionamento do instrumento de pesquisa com a questão 11:

Quadro 6 – Questão da categoria D

CATEGORIA D	AÇÃO EDUCATIVA
PERGUNTA	Como você acredita que seria possível acontecer uma ação educativa por meio da programação.

As demais questões utilizadas no roteiro das entrevistas e não analisadas em profundidade, foram descartadas, pois na seleção dos dados para serem analisados, a intencionalidade e o conteúdo das respostas estavam relacionados ao aquecimento para o ambiente da entrevista e não diretamente voltadas a exploração das temáticas (participação social, programação participativa, ação participativa e ação educativa).

3.7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa cumpriu as exigências éticas fundamentais, conforme a resolução 196/96 de 10/10/1996 – Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde que dispõem das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos.

Obedeceu as quatro referências básicas da bioética: a autonomia; a não maleficência; a beneficência e a justiça. Para tanto, utilizou-se do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (Anexo 6), para a participação dos sujeitos envolvidos.

Submeteu-se, em primeiro lugar, à Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep, para liberação e posterior aprovação (Anexo 7). Na sequência, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP).

Houve consentimento da emissora Rádio Cultura FM 99,3 Mhz. As entrevistas e gravações foram precedidas, formalmente, com anuência voluntária e explicada pela pesquisadora, previamente aos sujeitos da pesquisa, com a assinatura do TCLE.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de facilitar a análise e reflexões sobre os resultados apresenta-se na ordem as categorias temáticas pesquisadas: participação social, programação participativa, ação participativa e ação educativa.

Em um primeiro momento o tema A – participação social, em um segundo momento, a discussão dos temas programação participativa e ação participativa, apresentam a discussão em conjunto por terem o mesmo eixo condutor alinhado em questão única e, no terceiro momento, o tema ação educativa.

Optou-se por apresentar os resultados e discussão de forma integrada pois favorecem aos objetivos do trabalho apresentado.

4.1 CATEGORIA A POR INFORMANTE

Quadro 7 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: A, i3

Tema	Unidade de Registro – i 3
A, i 3	<p>“Nós já tivemos parcerias com escolas municipais, escolas estaduais; saí nas escolas, convidando escolas para produzir programas de caráter educativo, voltado para as escolas;</p> <p>... a própria escola produzia programas; tínhamos pessoas da comunidade;</p> <p>... convidando a população para participar com a gente,</p>

	<p>para fazer uma programação diferenciada, o objetivo da rádio é uma programação diferenciada;</p> <p>... a grade da programação é aberta para a comunidade em geral, quem tenha vontade de produzir algum programa”. (i 3)</p>
--	--

Quadro 8 – Discurso Síntese (individual): A, i 3

Tema	Discurso Síntese - i 3
A, i 3	<p>A ideia de participação social ocorre quando acontecem parcerias da emissora com instituições sociais como escolas municipais, estaduais ou outras instituições de ensino passíveis de parcerias na responsabilização das informações de caráter educativo. Desta forma, a integração escola - comunidade viabiliza a produção de programas diferenciados e a emissora tende a ter uma grade de programação aberta para a comunidade.</p>

Quadro 9 – Categorização por temática, Unidade de Registro no tema: A, i 4

Tema	Unidade de Registro – i 4
A, i 4	<p>“Existe através das informações, que os ouvintes nos passam; a pessoa traz aqui mesmo, na porta do estúdio, chega e entrega o material, você pega e coloca no ar;</p> <p>... quando o pessoal traz a matéria, as informações que, às vezes, a gente não tem tempo de buscar no local, quando está acontecendo o evento; pode ser por</p>

	telefone; por ser pública e por ser educativa, abre espaço para estas pessoas que têm interesse, ou quer mostrar seu trabalho, é uma rádio aberta para a comunidade.” (i 4)
--	---

Quadro 10 – Discurso Síntese (individual): A, i 4

Tema	Discurso Síntese - i 4
A, i 4	Participação social caracteriza-se como informações expressas pelos ouvintes, pessoalmente ou por telefone, como decorrência de dificuldades operacionais da emissora na cobertura dos eventos. O caráter educativo do veículo possibilita a abertura de espaço para a comunidade.

Quadro 11 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: A, i 5

Tema	Unidade de Registro – i 5
A, i 5	“Existe, na medida em que as pessoas ligam no sentido assim da programação musical, e também com relação; as pautas do jornalismo; ... utiliza as matérias para o portal da FAI e para a Rádio Cultura, divulga as matérias da prefeitura, as questões de saúde, prevenção às doenças; ... a participação acontece quando cobrimos as ações que envolvem diretamente a comunidade local e ou da região, e outras ações que permitem o espaço do ouvinte, a voz dele na rádio, mas através do jornalismo; ... participação ela não é muito efetiva, mas é claro que há espaço. Vez ou outra a gente tem contato com

	ouvinte; ... ocorre por telefone, pessoalmente também.” (i 5)
--	--

Quadro 12 – Discurso Síntese (individual): A, i 5

Tema	Discurso Síntese - i 5
A, i 5	Ocorre na medida em que, eventualmente, as pessoas ligam ou vão pessoalmente à emissora tanto para contribuir com a programação musical como com as pautas jornalísticas. São ações que envolvem diretamente a comunidade local possibilitando o espaço ao ouvinte no contexto de uma programação pré-estruturada pela linha editorial da direção. Também ocorre com a divulgação de matérias da prefeitura e sobre as questões de saúde, prevenção às doenças de utilidade pública ou social.

Quadro 13 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: A, i 6

Tema	Unidade de Registro – i 6
A, i 6	“O pessoal liga e critica; ... a população em si ela não vem para produzir, ela trabalha mais como um termômetro da programação que a gente já disponibiliza; ... teve pessoalmente, por telefone; parece que existe uma barreira entre o meio e o público, mas não veja a capacidade dele de poder produzir conteúdo, a pessoa que está aqui como expectadora não se vê como participante; ... qualquer atividade de informação, você tem que

	<p>estar comprometido ali com o conteúdo;</p> <p>.... é uma pessoa que se destaca, que gosta de transmitir, que é uma maneira de levar este conhecimento para as pessoas.” (i 6)</p>
--	--

Quadro 14 – Discurso Síntese (individual): A, i 6

Tema	Discurso Síntese - i 6
A, i 6	<p>Acontece com a presença ou ligação do ouvinte elogiando ou criticando a programação da emissora. A população funciona como termômetro da programação. Acredita na necessidade de quebra da barreira entre o meio radiofônico e o público, no que tange a uma nova postura do ouvinte (de mero expectador para produtor de conteúdo).</p>

Quadro 15 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: A, i 7

Tema	Unidade de Registro – i 7
A, i 7	<p>“Que vem sempre aqui, ela sempre opina, ajuda na programação acaba auxiliando bastante;</p> <p>... tem um pessoal que liga;</p> <p>... deveria ter interação com rede social.” (i 7)</p>

Quadro 16 – Discurso Síntese (individual): A, i 7

Tema	Discurso Síntese - i 7
A, i 7	Ocorre quando o ouvinte vai pessoalmente ou por meio de ligações a emissora opinando sobre a programação com sugestões e que isso auxilia bastante, mas aponta a inexistência de integração com as redes sociais como um ponto negativo neste processo.

Quadro 17 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: A, i 8

Tema	Unidade de Registro – i 8
A, i 8	<p>“Ligaram elogiando a programação, mas a radio não é disponível, aberta ao público para ligar e ficar aqui pedindo música, não tem esta disponibilidade;</p> <p>... a presença dos estagiários, estava sempre usando da radio, os próprios alunos que ficavam aqui, esta dinâmica de falar para todo mundo;</p> <p>.... os alunos viviam por aqui, hoje, distanciou, separou a rádio Cultura do curso, que acabou afastando também a comunidade;</p> <p>.... a presença dos alunos estimulava a participação da comunidade, ter esta troca de informações.” (i 8)</p>

Quadro 18 – Discurso Síntese (individual): A, i 8

Tema	Discurso Síntese - i 8
A, i 8	<p>Existe na participação do ouvinte quando elogia a programação apesar da emissora não disponibilizar mecanismos para a presença mais efetiva, por exemplo, com solicitação para a programação musical. Destaca a presença de alunos estagiários proporcionando uma dinâmica mais ativa na emissora e que acarretou um distanciamento com a comunidade quando o curso de Comunicação se transferiu do campus em que se localiza os estúdios da emissora encerrando a troca de informações com a comunidade.</p>

Quadro 19 – Discurso Síntese (geral), A, dos informantes

Tema	Discurso Síntese - i3, i4, i5, i6, i7, i8
A, i3, i4, i5, i6, i7, i8	<p>As ideias centrais que organizam os discursos dos informantes estão estruturadas a partir do princípio funcional do aperfeiçoamento da programação (jornalística e/ou musical), seja, portanto, como entretenimento, seja na prestação de serviços de utilidade pública.</p> <p>Há poucas diferenças sugeridas nos mecanismos de participação (telefonía ou pessoalmente).</p> <p>Uma eventual influência da participação na linha editorial da emissora aparece periféricamente em um dos discursos. Não houve referência à criação de fluxos participativos e os discursos não apontam nesta direção.</p>

Os informantes 1, 2 não se manifestaram a respeito. Para a maioria dos discursos há um posicionamento vetorial do processo de divulgação do conteúdo disponibilizado pela emissora sendo que não aparece a perspectiva da interatividade com o público.

Na perspectiva de PRATA (2008) é importante a distinção apresentada por alguns autores dos termos interação/ interatividade e justificada pela visão conceitual de BELLONI (2001) que parte do pressuposto que “a interatividade é a característica técnica que significa a possibilidade de o usuário interagir com uma máquina. Já a interação quer dizer ação recíproca entre dois ou mais atores onde ocorre intersubjetividade, isto é, encontro de dois sujeitos – que pode ser direta ou indireta (p. 58).”

Desta maneira, nota-se que na emissora em estudo pressupõe-se a interação com o ouvinte e não a interatividade que aparece nos discursos da equipe.

ORTRIWANO (1998) cita o ensaísta alemão Bertolt Brecht (1898 - 1956), especificamente, sob o título – Teoria do Rádio – para a discussão da interatividade, onde na visão do autor o meio radiofônico:

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, constituiria um fantástico sistema de canalização, se fosse capaz, não apenas de emitir, mas também de receber. O ouvinte não deveria apenas ouvir, mas também falar. Não isolar-se, mas ficar em comunicação com o rádio. A radiodifusão deveria afastar-se das fontes oficiais de abastecimento e transformar os ouvintes nos grandes abastecedores. (BRECHT, apud ORTRIWANO, 1998, p. 13).

A rádio Cultura FM não oferece elemento estrutural para que a população participe de sua programação, não há sinais de uma politização

do conteúdo

Nas falas analisadas surge a prevalência na emissora de uma comunicação interpessoal ou mediada (via telefone), contribuindo desta maneira para um esvaziamento da dinâmica de socialização das críticas e/ou sugestões.

Na comunicação mediada, segundo THOMPSON (1998) os participantes estão em pontos diferentes, em contextos espaciais e temporais distintos e isso implica num estreitamento de possibilidades simbólicas o que pode reduzir a possibilidade de compreensão da mensagem. Para o autor: “a comunicação por telefone priva os participantes de deixas visuais [...] as interações mediadas fornecem aos participantes poucos dispositivos simbólicos para a redução da ambiguidade na comunicação” (1998, p.79).

Na comunicação interpessoal, face a face, ainda segundo THOMPSON, os participantes se inter-relacionam num mesmo contexto de co-presença onde ambos partilham do mesmo sistema referencial de espaço e tempo, por isso, os participantes podem presumir que são compreendidos pelas inúmeras expressões denotativas que apresentam. Essa multiplicidade de deixas simbólicas facilita a compreensão da mensagem:

[...] as palavras podem vir acompanhadas de piscadelas e gestos, franzimento de sobrancelhas e sorrisos, mudanças na entonação e assim por diante. [...] Se os participantes detectam inconsistências, ou deixas que não se encaixam umas com as outras, isto pode tornar uma fonte de confusão e ameaça a continuidade de interação ou lançar dúvidas sobre a sinceridade do interlocutor. (THOMPSON, 1998, p.78).

Na visão de SALGUEIRO MARQUES (2014), “é no cotidiano que a comunicação com o outro se fortalece, se redimensiona e redimensiona os sujeitos e o meio no qual se inserem” (p.618). Assim, na perspectiva da autora, comunicar exige o estabelecimento de um sistema normativo comum, um conjunto de emoções e ações partilhadas dentro da relação que estabelece entre os indivíduos.

Em algumas das falas analisadas percebe-se a ausência de identificação do ouvinte com o processo de participação social via programação da emissora.

A participação social é fundamental ao empoderamento da população que se torna um meio e um fim, à medida que favorece ao estímulo de novas relações entre os atores sociais envolvidos neste processo. O amadurecimento da capacidade crítica e reflexiva é resultado da participação consciente da comunidade.

Considera-se a participação como uma das condições básicas para que as comunidades assumam o controle sobre as suas questões de cidadania como saúde, educação, saneamento etc.

Para BORDENAVE (1995) “a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde” (1995, p.16).

PERUZZO (2005 b) destaca características do que conceitua de novo cenário no processo comunicacional no tocante à participação popular e cidadania:

opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de novas fontes de informações (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo” (PERUZZO, 2005 b, p.20)

COSTA E SILVA et al (2012) reforçam a promoção da saúde como um processo e que deve-se preparar as pessoas para que assumam o controle e a responsabilidade sobre sua saúde e a da comunidade, “preparar para o *empowerment* (ou fortalecimento), para a participação, para a tomada de decisões, para o controle social, para exigir direitos, para atuar sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde e qualidade de vida (PELICIONI et al, 2007, apud COSTA E SILVA et al, 2012, p. 15)

Considera-se nesta pesquisa, o conceito de participação sob o enfoque da promoção da saúde, algo já presente nos documentos oriundos das Conferências internacionais (Alma Ata, 1978; Ottawa, 1986), baseando-se especialmente a participação ativa e deliberativa como um estímulo ao poder das comunidades no controle de seus próprios esforços e destino.

Nestes documentos, coube aos meios de comunicação de massa (MCM) um marco diferenciado, com a amplitude de seus espaços junto à população proporcionando maior representatividade para a troca de experiências e garantindo melhorias contínuas para uma sociedade mais saudável.

Participação segundo DEMO (1988) apresenta-se como um “processo, infundável, em constante vir-a-ser, sempre”. Para o autor, é em

essência autopromoção e existe enquanto conquista processual.

Para BORDENAVE (1986) “participação pode ter vários significados, tais como <<fazer parte de algo>>, <<tomar parte de algo>>, ou <<ter parte em alguma coisa>>. Conceitua o autor, a comunicação participatória como uma maneira – dialógica e multilateral – de fazer comunicação, dentro de qualquer processo grupal ou coletivo mais amplo, que pode ser educacional, social, político ou técnico.

SILVA E PELICIONI (2012) apresentam a participação no âmbito da promoção da saúde com uma dimensão educativa e política, pois não existe processo educativo capaz de promover transformação social sem que seja participativo, crítico e emancipatório.

BYDLOWSKI E PEREIRA (2012), reforçam que a participação é fundamental para que não se reproduzam modelos paternalistas, coercitivos e normatizadores que estão presentes em diversos setores da sociedade. E salientam a necessidade de estudos e ações mais amplas de empoderamento da população para que a participação se efetive com políticas públicas que possibilitem que a população se emancipe e que os indivíduos atuem como sujeitos na sociedade, exercendo de fato a cidadania.

Na visão de ARAÚJO E CARDOSO (2007;2012) a comunicação desempenha um papel significativo podendo potencializar a comunicação, desde que a estratégia principal busque a interlocução, ampliando espaços e o diálogo com essas vozes diferentes.

Entende-se, na perspectiva das autoras, a participação como para

designar ações pontuais nas quais se convida a população para um agir social envolvendo toda a coletividade e condicionando a uma dimensão política na criação de espaços participativos.

4.1.1 CATEGORIA B E CATEGORIA C POR INFORMANTE:

- CATEGORIA B: PROGRAMAÇÃO PARTICIPATIVA

Quadro 20 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: B, i 3

Tema	Unidade de Registro – i 3
B, i 3	<p>“A população não só no geral, ou as autoridades, as pessoas que encabeçam as associações de bairros, as entidades devem procurar a direção da emissora e apresentar propostas de programas;</p> <p>... o que falta é vontade;</p> <p>... as pessoas não querem se envolver, não querem um trabalho a mais, que não vai ter um retorno financeiro, uma rádio educativa, não tem lucro;</p> <p>... seria como voluntario;</p> <p>... tem que apresentar uma ideia, apresentar um projeto, para a comissão de programação de emissora;</p> <p>... tocamos o que o ouvinte quer ouvir; temos uma programação diferenciada das outras emissoras; nossa programação ela é 80% Música Popular Brasileira; as pessoas ligam, de um fato que aconteceu;</p> <p>... quando nós não estamos sabendo corremos</p>

	atrás desta pauta; nós pegamos jornais da região, tanto impresso, quanto hoje site, internet e cobertura dos acontecimentos da cidade.” (i 3)
--	---

Quadro 21 – Discurso Síntese (individual): B, i 3

Tema	Discurso Síntese – i 3
B, i 3	Viabilizada pela apresentação formal de propostas de programas por parte de representantes da comunidade, dos setores público e entidades sociais. Questões como falta de comprometimento, da ausência de retorno financeiro e por ser um trabalho voluntário inviabilizam maior envolvimento dos interessados na programação de emissora. A grade mantém maior prevalência do gênero musical MPB, um diferencial em relação às outras emissoras, também atendem as solicitações de ouvintes, via telefone, especialmente para as pautas jornalísticas além de informações via jornais e sites da região, para a cobertura dos acontecimentos.

Quadro 22 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: B, i 4

Tema	Unidade de Registro – i 4
B, i 4	<p>“pessoas interessadas em fazer e apresentar; é aberto pros bairros, para divulgar seus eventos; sugestões para notícias das informações com sugestões dos ouvintes.</p> <p>... É só mais contato pessoal, nas visitas nos bairros da cidade; vão passar informações a respeito do que está acontecendo;</p> <p>...você vai informando as pessoas, ela ouve, acompanha na programação da rádio e fica sabendo do que acontece.” (i 4)</p>

Quadro 23 – Discurso Síntese (individual): B, i 4

Tema	Discurso Síntese – i 4
B, i 4	<p>Constituída por pessoas interessadas em participar da programação com informações sobre divulgação de eventos; pautas de notícias e com sugestões dos ouvintes. Ocorre por meio de contato pessoal, em visitas aos bairros da cidade assim os fatos são noticiados e o ouvinte acompanha na programação da rádio.</p>

Quadro 24 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: B, i 5

Tema	Unidade de Registro – i 5
B, i 5	<p>“... a rádio que acompanha o dia a dia o atendimento à saúde, educação básica, o primordial que a gente teria que ir atrás;</p> <p>... a gente recebe sugestões de pautas na editoria local e regional;</p> <p>... que é onde a gente consegue produzir, consegue definir; a linha editorial do veículo para não ficar só reproduzindo;</p> <p>... tem a chance de enxergar onde a comunidade, onde é dado voz a comunidade no caso, na editoria local a gente tem a oportunidade de produzir, e inovar.” (i 5)</p>

Quadro 25 – Discurso Síntese (individual): B, i 5

Tema	Discurso Síntese – i 5
B, i 5	<p>A partir da identificação diária de assuntos de interesse público como saúde, educação básica, é primordial a cobertura destes fatos pela equipe da emissora (atitude ativa da emissora).</p> <p>As sugestões de pautas para as editorias, local e regional, permitem que o factual seja reportado seguindo a linha editorial e evite tão somente a reprodução de matérias.</p> <p>Desta forma, se vislumbra a oportunidade de</p>

	enxergar onde a comunidade está lhe dando voz e criando momentos de produção e inovação na programação.
--	---

Quadro 26 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: B, i 6

Tema	Unidade de Registro – i 6
B, i 6	<p>“Além da participação da população através de <i>e-mail</i>, através de telefone uma participação mais ativa na produção dos programas, os populares viriam, voluntariamente, ajudariam, na produção dos programas, trabalhariam na produção;</p> <p>... se disponibilizando;</p> <p>... não só a locução, mas a produção, a pesquisa, toda esta parte;</p> <p>.... através da produção do conteúdo, trazendo, as propostas, as ideias.” (i 6)</p>

Quadro 27 – Discurso Síntese (individual): B, i 6

Tema	Discurso Síntese – i 6
B, i 6	<p>Proporcionada pela participação voluntária da população, via fone ou e-mail, e mais ativamente ajudariam no processo produtivo: pesquisa, elaboração dos conteúdos dos programas, na locução ou nas propostas de programas.</p>

Quadro 28 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: B, i 7

Tema	Unidade de Registro – i 7
B, i 7	“Ocorre por conta das propagandas falando e eventos, de serviços públicos o pessoal acaba ouvindo e acaba utilizando; tem uns carros de sons da prefeitura, que divulgam, faz também a gravação aqui, com o trabalho técnico.” (i 7)

Quadro 29 – Discurso Síntese (individual): B, i 7

Tema	Discurso Síntese – i 7
B, i 7	Sintetizada apenas como uma atividade de utilidade pública com a divulgação de eventos, serviços públicos, propaganda pela emissora e carros de som da prefeitura que possam vir ser aproveitados pela comunidade local.

Quadro 30 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: B, i 8

Tema	Unidade de Registro- i 8
B, i 8	“Uma rádio sem limitações, com algum programa aberto ao público, onde a comunidade seria convidada para expor sua opinião sobre determinado assunto, participando de programas culturais bem como voltar a fazer pedido de músicas ter um contato direto com o locutor; incentivar a participação da população em eventos públicos.” (i 8)

Quadro 31 – Discurso Síntese (individual): B, i 8

Tema	Discurso Síntese – i 8
B, i 8	Espaço aberto e ilimitado para produção de programas onde a comunidade seria convidada para expor sua opinião, participar de programas culturais. Liberação do atendimento às solicitações musicais pelo locutor. Incentivar a participação da população em eventos públicos.

Quadro 32 – Discurso Síntese (geral), B, dos informantes

TEMA	RESUMO i 3, 4, 5, 6, 7 e 8
B, i 3, i 4, i 5, i 6, i 7 e i 8	<p>Há um consenso sobre um modelo de comunicação ainda conservador nesta emissora de caráter público. Em princípio, a programação participativa não altera a linha editorial da emissora na grade de programação já construída e constituída.</p> <p>Periféricamente, em uma das respostas a proposta da programação participativa na emissora, aparece a partir da prática jornalística (processo: pauta, apuração - pesquisa, redação-edição).</p> <p>Em todos os modelos de discurso não há identificação de uma estrutura permeável a uma participação efetiva da população no processo produtivo da emissora.</p>

- CATEGORIA C: AÇÃO PARTICIPATIVA

Quadro 33– Categorização por temática, unidade de registro no tema: C, i 3

TEMA	Unidade de Registro – i 3
C, i 3	<p>“É uma rádio de caráter educativo, uma emissora da comunidade, do município, que não tem fins lucrativos; as pessoas da época que participavam com a gente hoje não mais, devido a outros afazeres;</p> <p>... tempo, a vida corrida;</p> <p>... geralmente por email pessoal manda pedido de músicas;</p> <p>... rádio é isso; levar a informação, deixar o ouvinte muito bem informado das ações que estão acontecendo no município.” (i 3)</p>

Quadro 34 – Discurso Síntese (individual): C, i 3

Tema	Discurso Síntese – i 3
C, i 3	<p>Destaca o caráter educativo e sem fins lucrativos da emissora e o direcionamento para a comunidade, município. Atribui o afastamento da população nas atividades com a emissora ao cotidiano ora por falta de tempo, ora pela quantidade de atividades diárias que demandam compromisso. Ainda assim há participação para pedidos de músicas (via email ou pessoalmente), reiterando a perspectiva do rádio em levar informação, deixar o ouvinte muito bem informado sobre as ações locais.</p>

Quadro 35 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: C, i 4

Tema	Unidade de Registro – i 4
C, i 4	<p>“Vai muito da comunidade; ... a rádio tem que ter a participação efetiva da comunidade; ... ter a população envolvida, os segmentos, as associações de bairro; ... está junto com os problemas da comunidade; ... levar melhor informação, uma melhor qualidade de vida para os munícipes da sua cidade e região; ... tem que ter as pessoas interessadas”. (i 4)</p>

Quadro 36 – Discurso Síntese (individual): C, i 4

Tema	Discurso Síntese – i 4
C, i 4	<p>Destaca a participação efetiva da comunidade, de pessoas interessadas, na emissora bem como demais segmentos sociais com abordagem de assuntos relacionados aos problemas da comunidade. Assim, por meio de melhor informação, possibilita melhor qualidade de vida para os cidadãos.</p>

Quadro 37 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: C, i 5

Tema	Unidade de Registro – i 5
C, i 5	<p>“uma participação, um exemplo que pode ser citado desta participação, quando a FAI realiza ações nos bairros de atendimento, com os cursos, estagiários, estudantes, principalmente, de saúde prestam atendimento nos bairros, a rádio Cultura acompanha todas estas ações;</p> <p>... para que a população tenha acesso;</p> <p>... a gente conversa com a associação, presidente do bairro;</p> <p>... população participa quando há estas ações específicas, alguma campanha da prefeitura, de conscientização;</p> <p>... outra coisa, com relação aos eventos científicos da faculdade, a participação é efetiva;</p> <p>... na cobertura dos eventos da faculdade, a gente sempre, vê o outro lado, não comunica só um lado”.</p> <p>(i 5)</p>

Quadro 38 – Discurso Síntese (individual): C, i 5

Tema	Discurso Síntese – i 5
C, i 5	<p>Credita a participação vinculada, por exemplo, às ações que a FAI promove nos bairros, com atendimentos vinculados aos cursos da IES, com os estagiários e estudantes da instituição principalmente da saúde. A emissora ao</p>

C, i 5	acompanhar estas ações garante o acesso à informação para a população tendo como fonte a própria associação de bairro, suas lideranças comunitárias. Destaca ainda, alguma campanha de conscientização promovida pela prefeitura e aos eventos científicos organizados pela IES, com a cobertura dos eventos pela emissora com a apuração dos fatos privilegiando sempre mais de um posicionamento sobre a pauta em questão.
---------------	--

Quadro 39 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: C, i 6

Tema	Unidade de Registro – i 6
C, i 6	“Válido e é essencial; passa a ser um termômetro daquilo que você está produzindo; a pessoa vindo, procurando e querendo trocar essa informação, não só com a gente e como com o resto da população; é só ganho para todos.” (i 6)

Quadro 40 – Discurso Síntese (individual): C, i 6

TEMA	Discurso Síntese – i 6
C, i 6	Uma atitude válida e essencial para se aferir o que a emissora produz. A presença e a contribuição da população em um momento de troca de informação é um ganho qualitativo à emissora e ouvintes.

Quadro 41 – Discurso Síntese (geral): C, dos informantes

Tema	Discurso Síntese - i 3, i 4, i 5 e i 6
C, i 3, i 4, i 5 e i 6	<p>A centralidade dos discursos se dá ao redor da missão da emissora em levar informação aos ouvintes. De maneira geral, as informações devem ter origem e destino na própria comunidade de ouvintes. Um dos discursos registra o esvaziamento do processo participativo e remete ao nexo causal da falta de tempo e compromisso das pessoas com a vida cidadã.</p> <p>Também é importante registrar que todos os discursos estão de acordo com o caráter intrínseco da emissora em protagonizar atividades de utilidade pública e viabilizar uma via final comum dos diversos cursos da FAI</p>

Os informantes 1, 2 não se manifestaram a respeito para a categoria B e os informantes 1, 2, 7 e 8 não se manifestaram a respeito para a categoria C.

As falas analisadas apontam para uma rádio como uma plataforma de divulgação e desta forma, bem distante da proposta de um ambiente propício à interatividade e assim comporta-se dentro da lógica hegemônica tradicional deste meio radiofônico com seu público. Remetendo a um

movimento circular escatológico de manutenção do “*status quo*”.

Há presença do discurso de programação participativa no sentido de atender à população, uma visão instrumental em uma visão vetorial de participação. Em alguns discursos nota-se que a emissora não tem vínculo com a audiência, cumpre, assim, um papel formal no campo do entretenimento, não fomenta a participação.

Em um discurso surge a ótica da emissora com a perspectiva de laboratório novamente, com descompromisso com o ouvinte, assim, a rádio mostra autonomia e distanciamento de sua missão com seu público.

Há uma dissociação entre o conceito Rádio Cultura e a práxis no cotidiano da emissora, assim a rádio mantém-se alheia as questões culturais e educativas.

No que TRAVANCAS (2008), afirma em relação aos MCM:

Eles podem ser uma valiosa porta de entrada para compreendermos os fenômenos sociais produzidos por seus “nativos”, assim como ajudam a desvendar seus “códigos” e “mapas”. E precisam ser investigados na sua complexidade e riqueza para além de preconceitos e ideias preestabelecidas [...] focando no significado das mensagens, na elaboração dos produtos e na interpretação de seus receptores.

Estudos apontam para a necessidade de verificar a possibilidade dos três atores paradigmáticos deste meio radiofônico como: produtores (profissionais liberais, como da área da saúde, por exemplo), divulgadores (comunicador) e público (cidadão/ouvinte/usuário) poderem adequar-se à produção de conteúdo (mensagem) diante da incompatibilidade das culturas profissionais destes atores envolvidos nesta prática.

PERUZZO (2002) salienta em seus estudos a relevância da inserção e participação da comunidade nos processos comunicacionais dos MCM,

[...] a participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária contribui para que elas se tornem *sujeitos*, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, se tornam protagonistas da comunicação e não somente receptores.(PERUZZO, 2002, p.4).

Ao comunicador social cabe promover produção com abordagens que priorizem o interesse público e ir além de informar, também instruir o ouvinte sobre os temas em debate.

A programação participativa entende-se como um evento pontual, em um espaço institucional (predefinido) e cujo conceito participação é diferente de interação com ouvintes, assim rádio como prestadora de serviços é de utilidade pública.

Nas falas analisadas, surge uma visão técnica de que a participação da população na programação significa custo, ao invés de otimização dos processos de gestão. Fato contestado pela Lei nº 3.370, de 23 de setembro de 2009, que Dispõe sobre autorização para que o Prefeito do Município possa celebrar convênio com as Faculdades Adamantinenses Integradas - FAI, para manutenção, funcionamento e expansão da Rádio Cultura de Adamantina – RCA, revoga a Lei nº 2.837, de 20 de agosto de 1998, e dá outras providências.

Artigo 4º - as Faculdades Adamantinenses Integradas – FAI ficam autorizadas a receber, da iniciativa privada, apoio cultural destinado à Rádio Cultura de Adamantina, cujos recursos serão utilizados na sua manutenção, funcionamento e expansão. (ADAMANTINA, 2009).

A Lei nº 9.637, em seu artigo 19, de 15 de maio de 1998 ,dispõe:

As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos. (BRASIL, 1998).

Desta maneira, ao serviço de radiodifusão educativa é permitido veicular publicidade desde que se enquadre no conceito de apoio cultural. BÜTTNER e SANTOS (2013) caracterizam os comerciais nas emissoras educativas como mensagens institucionais que não remetem a preços ou promoções, sem a intenção clara da venda do produto ou serviço. O anúncio publicitário, neste caso, deve ter apenas o nome da empresa ou instituição.

Sendo assim, a emissora Rádio Cultura FM, pode trabalhar para a captação de recursos financeiros para aplicação em sua manutenção, recursos físicos, estrutura e demais necessidades.

Na opinião dos entrevistados destaca-se a confusão entre informação a saúde e educação em saúde. A emissora como prestadora de serviço, oferece informação a saúde, mas isso não atende ao formato educativo da emissora. Reforça-se assim, a ideia de prestação de serviço, confunde-se mais uma vez: informação, participação e prestação de serviço.

A Comunicação constitui uma ferramenta estratégica para as políticas de ações participativas por meio da articulação social. Aliada a Saúde Pública, busca compreender, por um lado, como uma necessidade humana,

e por outro, como uma competência que os profissionais das áreas devem desenvolver em relação ao ser humano.

[...] a aprendizagem, como mudança de conduta, tem que ir muito além da simples informação. Esse ir além se concretiza no momento em que o sujeito não somente apreende a informação, mas quando consegue estruturar essa informação na bagagem de conhecimentos anteriores aos efeitos de usá-las quando se apresentam novas situações... Somente pode chamar-se autêntico o conhecimento que em si mesmo e por si mesmo seja produtivo e transformador. (GUTIÉRREZ PERES, 1978, p.38).

Como meio de comunicação massiva, o rádio possui características próprias e peculiares para as atividades diretas com a população visando uma atividade comunicacional educativa. Segundo BELTRÃO E QUIRINO (1986) as discussões sobre as funções e desempenho da comunicação de massa aportam para o informe preparado pela Unesco sobre o desenvolvimento dos meios de ensino, entre eles, o rádio.

Essas falas analisadas apontam para a questão da segmentação do público, com isso a ampla gama de ouvintes da emissora, e reforçam a necessidade de diversidade de gênero e entretenimento musical, diferentemente do que é oferecido pelas rádios comerciais.

4.2 CATEGORIA D: AÇÃO EDUCATIVA

Quadro 42 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: D, i 3

Tema	Unidade de Registro – i 3
D, i 3	<p>“já tivemos esta experiência com o Minuto da Ecologia, Momento Literário, Dicas de Saúde, Dicas de Direito;</p> <p>... espaço tem, falta vontade da população, de algumas pessoas a começar a puxar o fio do novelo novamente, para que os outros venham atrás;</p> <p>... o que falta realmente é as pessoas se interessarem e produzirem algo de bom para a população.” (i 3)</p>

Quadro 43 – Discurso Síntese (individual): D, i 3

Tema	Discurso Síntese – i 3
D, i 3	<p>Ressalta experiências anteriores com spots direcionados a assuntos relacionados a questões de cidadania como o Minuto da Ecologia, Momento Literário, Dicas de Saúde, Dicas de Direito. Salienta a abertura da emissora para estas iniciativas mas expressa a falta vontade da população e demais membros da comunidade para reiniciar a experiência. Destaca o interesse pessoal como um fator para a produção de algo de bom para a população.</p>

Quadro 44 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: D, i 4

Tema	Unidade de Registro – i 4
D, i 4	<p>“... tudo é interesse. Tanto da parte da gente, como tb da comunidade. A gente oferece, a emissora está aberta, tem as informações, tem tudo, é só a pessoa buscar;</p> <p>.... é como a se fosse a extensão que acontece com os cursos, na área de saúde;</p> <p>.... o setor de comunicação tem que fazer o mesmo.”</p> <p>(i4)</p>

Quadro 45 – Discurso Síntese (individual): D, i4

Tema	Discurso Síntese – i 4
D, i 4	<p>Parte de uma ideia indefinida sobre interesse da emissora e da comunidade em relação ação educativa. A emissora se mantém aberta às propostas e oferece todas as condições de trabalho e busca de informações mas necessita da pessoa interessada buscar. Reforça a lógica da extensão universitária como parâmetro a exemplo do que acontece na área de saúde.</p>

Quadro 46 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: D, i 5

Tema	Unidade de Registro – i 5
D, i 5	“Seria possível. Não só por meio de entrevistas, durante alguma ação da FAI ou da prefeitura disponibilizando um link nos bairros, por exemplo; acompanhando os problemas que enfrentam.” (i 5)

Quadro 47 – Discurso Síntese (individual): D, i 5

TEMA	Discurso Síntese – i 5
D, i 5	Existe a possibilidade na emissora por meio, por exemplo, nas entrevistas, bem como na disponibilização de link nos bairros da cidade, durante alguma ação da FAI ou da prefeitura, para acompanhamento de problemas que enfrentam. (i 5)

Quadro 48 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: D, i 6

Tema	Unidade de Registro – i 6
D, i6	“De produção nossa, ocorre os próprios spots. A gente mantém spots informativos, sobre dengue, doenças sexualmente transmissíveis, manutenção de automóveis, spots institucionais e da prefeitura sobre coleta de lixo; isso agrega, é educativo; ... alguns produzimos, alguns consegue na rádio câmara, radio senado, temos o convenio, fornecem bastante coisa;

	... a rádio Cultura vinculada a faculdade, falta uma participação destes cursos; tem disponível na faculdade um estúdio, se tivesse um técnico disponível lá, esta produção seria bem mais facilitada; alguém pra tá orientando para o formato radiofônico. (i 6)
--	---

Quadro 49 – Discurso Síntese (individual): D, i 6

TEMA	Discurso Síntese – i 6
D, i 6	Ocorre com a produção de spots informativos, sobre dengue, doenças sexualmente transmissíveis, manutenção de automóveis, de spots institucionais e também sobre a prefeitura como, por exemplo, a coleta de lixo. Ressalta a importância do convênio com a rádio Câmara e rádio Senado com muito material educativo. Apesar do vínculo mantido com a IES e de disponibilizar um estúdio na faculdade, falta a participação dos cursos. A presença de um profissional técnico no local, para orientar sobre o formato radiofônico, talvez facilitasse a produção.

Quadro 50 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: D, i 7

Tema	Unidade de Registro – i 7
D, i 7	“já ocorre pela programação que tem a parte educativa com as orientações médicas, sociais, acontece por meio dos spots gravados, entre um bloco e outro dos programas; ... a única forma veicular na rádio; ... com a integração dos cursos da faculdade;

	devem ter projeto na área de educação e que podem usar a rádio como ferramenta.” (i 7)
--	--

Quadro 51 – Discurso Síntese (individual): D, i 7

Tema	Discurso Síntese – i 7
D, i 7	A programação mantém spots, gravados entre os blocos, que permitem a ação educativa com orientações médicas e sociais. Valendo-se dos projetos na área de educação e da integração dos cursos da IES usar a rádio como ferramenta para ações.

Quadro 52 – Categorização por temática, unidade de registro no tema: D, i 8

Tema	Unidade de Registro, i 8
D, i 8	“É possível. Dar um espaço para os bairros expor sua opinião, levar até lá suas necessidades, principalmente, em questão de política da cidade, como a gente tem no <i>facebook</i> (Adamantina Siga Mais), poderia ter no rádio também, as pessoas poderiam expor suas opiniões e buscar melhorias para sua comunidade.” (i 8)

Quadro 53 – Discurso Síntese (individual): D, i 8

Tema	Discurso Síntese – i 8
	É possível acontecer com abertura de espaço para as questões pertinentes a cada bairro da cidade, tendo como pauta as opiniões e necessidades

D, i 8	locais, principalmente, em questão de política. A emissora poderia se valer das mídias sociais, a exemplo do que ocorre com a página do <i>Facebook</i> , Adamantina Siga Mais, para expor aos ouvintes questões relativas a comunidade. (i 8)
---------------	--

Quadro 54 – Discurso Síntese (geral), D, por informante

Tema	Discurso Síntese - i 3, i4, i5, i6, i7 e i8
D, i 3, i 4, i 5, i 6, i 7 e i 8	<p>É hegemônica a ideia de configurar as ações educativas como atividades finalizadas pela produção e divulgação de spots informativos. Dois informantes assumem a possibilidade e interesse oferecido pela emissora de abrir canais de participação na construção de conteúdos, mas também esmorecem frente a falta de resposta participativa.</p> <p>Um dos informantes refere necessidade de maior uso de material pré elaborado por outras emissoras de rádio. Contudo não há elementos que apontam a emergência na constituição de parcerias, convênios ou redes de informação.</p> <p>A participação da comunidade poderia se constituir em um estímulo a auto-educação e neste sentido, a ação educativa se constituiria ao “dar voz” à própria comunidade e buscar com ela alternativas para uma melhor qualidade de vida por meio de ações educativas na programação.</p>

Os informantes 1 e 2 não se manifestaram a respeito. Um dos discursos aponta para a visão vetorial educação x informação (elaboração dos spots).

O conteúdo disponibilizado na programação deve criar uma relação de proximidade com os ouvintes, para que ocorra a interação, seja esclarecendo dúvidas, participação em debates ou fornecendo pautas para os conteúdos informacionais.

Nos cenários das rádios educativas, há de se considerar o processo de legalização que as modelam, de acordo com a legislação vigente no país restringindo possibilidades de participação popular.

Analizando os três termos utilizados, comunicação, informação e participação, observaremos que os dois primeiros constituem o horizonte da operacionalização do terceiro termo (participação). Dessa expectativa supõe-se que a comunicação e a informação são entendidas como variáveis que podem interferir nas relações sociais e contribuir para viabilizar os esforços de uma política pública para a saúde, na perspectiva da participação popular. Nesse contexto, a comunicação e a informação são respostas funcionais aos problemas de implementação e funcionamento do sistema de saúde, perspectiva esta que irá incidir também nas variáveis da participação popular. (OLIVEIRA, 2004).

A emissora como ferramenta para ser usada pelos cursos da IES aparece com destaque nas falas analisadas. Parte-se da visão da programação voltada para a prestação de serviço e distante de uma grade que possua a expressão das necessidades da comunidade. Percebe-se a noção de educação como divulgação de dados informativos, na perspectiva de utilidade pública.

FREIRE (1981) reforça a educação como uma possibilidade ao homem de discutir sua problemática cotidiana. “Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no

sentido mais humano da expressão” (1981, p.90).

Estudiosos da área de comunicação e saúde como EPSTEIN e BELTRÁN (2001) relatam a relevância da alfabetização da população em relação à saúde. Temos o surgimento do enfoque de um campo da saúde, com a postura da promoção da saúde por meio da educação, e a indicação da Comunicação para a Saúde como caminho estratégico na mudança de hábitos da população.

Quem estuda a saúde pensa em medicina, enfermidades, tratamentos, medicamentos, laboratórios, equipamentos [...] Em todos esses níveis a comunicação parece ser um atributo ubíquo e indispensável, mas tal como a água para o peixe e o ar para o homem, apenas digno de ser mencionado. A comunicação apropriada, não só pela mídia, mas também pelos agentes comunitários de saúde pode exercer um papel especificamente relevante na prevenção das doenças transmissíveis. Uma população alfabetizada em saúde sabe lidar melhor em termos de prevenção e mesmo cura de muitas das enfermidades transmissíveis. (EPSTEIN, 2001, p. 27).

Vale reforçar os três itens propostos no encerramento da III COMSAÚDE realizada na FAI, na perspectiva de formação e educação (2000):

1 – que as faculdades de Saúde Pública, faculdades de Medicina e Escolas de Enfermagem do Brasil sejam chamadas a implementar, ao longo dos próximos 4 anos, Cursos de extensão sobre Saúde Pública para estudantes de comunicação, profissionais da grande imprensa e comunicadores populares, a exemplo do que a FSP/USP – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo vem realizando, desde dezembro de 99, com patrocínio do Ministério da Saúde e apoio da ABRASCO – Associação Brasileira de saúde Coletiva.

2 – que as Faculdades de Comunicação Social sejam convidadas a implementar linhas de investigação em Comunicação e Saúde e promovam cursos de extensão sobre comunicação para médicos, medikas, enfermeiros, enfermeiras e estudantes das ciências da saúde;

3 – que as Faculdades de Ciências da Saúde venham a incluir nos currículos disciplinas sobre comunicação social. (EPSTEIN, 2001, p. 844).

Parafraseando as considerações do pesquisador BELTRÁN (2001 no encerramento do III COMSAUDE:

Por tanto, inspirados por la victoriosa obstinación de Bolívar, Martin Luther King y Gandhi, solo tenemos una opción: seguir abrazando con pasión la causa hasta convertir lo imposible em realidad feliz. Porque, como nos enseña el maestro Freire: “Aquello que es lo utópico no es lo inalcanzable; no es idealismo; es um processo dialéctico de denunciar y anunciar; denunciar la estructura deshumanizante y anunciar la estructura humanizante”.” (BELTRÁN 2001, p. 368).

Assim, o papel dos meios de comunicação abre possibilidades na mediação para os processos educativos entre os serviços de saúde e a população como pelo exercício da cidadania.

Em relação à participação dos comunicadores, Luiz Ramiro Beltrán, enfatizou que tais profissionais devem sempre levar em conta a participação popular, a mobilização comunitária, a mobilização social e, ainda, estimular a participação autônoma dos grupos que compõem a comunidade para resolver os problemas de saúde definidos, em consenso pela própria comunidade. Devem também se preocupar em sensibilizar a opinião pública sobre as grandes questões da saúde, pois é ampla a parcela que o comunicador deve considerar para definir a estratégia de comunicação. (PEREIRA JÚNIOR, 2000, p.2).

BUENO (1996) discute a cobertura da mídia no campo da medicina e saúde como um espetáculo “ao concentrarem o foco na doença, estas matérias não permitem a elaboração de uma proposta informativa que privilegie a prevenção, a educação para a saúde e o debate sobre as condições econômicas e sócio-culturais que podem conduzir a uma melhor qualidade de vida”. (1996, p. 17)

As falas analisadas sugerem a ordenação de um modelo pedagógico tradicional e formal onde a emissora não se coloca como um espaço de produção participativa.

Para LOPES (2011) a emissora educativa por ser um modelo alternativo à radiodifusão comercial – guiado, portanto, por outros fins que não auferir lucros com a exploração das atividades de radiodifusão, assim, o poder público deve redobrar seus esforços para garantir que essa modalidade de radiodifusão efetivamente sirva a fins educativos e culturais, não vindo a se tornar uma ferramenta de proselitismo político ou uma mera rádio comercializada que se dedique a competir indevidamente com as rádios comerciais regularmente instaladas.

Para a pesquisadora ROLDÃO (2006), uma programação de cunho educativo nem sempre tem sua garantia de uma programação educativa, o fato de uma emissora de rádio ser municipal, estadual ou mesmo quando a concessão é de uma universidade, “de acordo com Sandra de Deus (2003, p. 4): “As rádios universitárias estão reproduzindo o que fazem as rádios comerciais e não estão produzindo conhecimentos novos”, afirma a autora.

BOURDENAVE (1986) manifestando-se a respeito das funções da comunicação afirma: “talvez a função mais básica da comunicação seja a menos frequentemente mencionada: A DE SER O ELEMENTO FORMADOR DA PERSONALIDADE. Sem a comunicação de fato, o homem não pode existir como pessoa humana.” (1986, p. 26). Cria-se assim a função de

identidade e ligação às questões culturais da sociedade e as demais funções de educação, participação, ou acesso ao diálogo e cooperação. Confirma o autor a necessidade da democratização do uso dos sistemas de comunicação na construção da consciência democrática e para o exercício da cidadania.

5 CONCLUSÕES

O impacto da revolução dos meios de comunicação, com a implantação das novas tecnologias da informação, exige a reconfiguração e redefinição dos espaços midiáticos - educativos. Redimensioná-los passou a ser uma prioridade no campo das interações sociais potencializando as diversas áreas do conhecimento.

A possibilidade de utilização do ambiente radiofônico educativo, no contexto do processo ensino-aprendizagem, deve ser configurada dentro de pressupostos das necessidades epidemiológicas, contudo criativos na produção, atentos à expectativa dos ouvintes e política editorial da emissora educativa.

No tocante a verificação da hipótese que deu sustentação a esta pesquisa, pode-se apreender que os paradigmas que norteiam a Rádio Cultura FM no processo educativo cultural revelam a ausência de um bom diálogo com o campo da educação em saúde, uma vez que a compreensão do campo da participação social é praticamente inexistente no discurso da equipe da emissora.

A rádio educativa deve estar atenta às condições regionais; propiciar conteúdos educacionais nas diversas áreas do conhecimento e especialmente, ter o comunicador em contato direto com a comunidade em que está inserido.

A perspectiva é de uma programação que associe a comunicação às

questões de melhoria da qualidade de vida nas temáticas da: educação, saúde, saneamento e meio ambiente.

A ideia de interlocução comunitária permeia a programação da emissora que pode aproximar comunidades distantes, entendendo-se aqui a questão distância também como cultural; sendo assim, a rádio constitui elemento significativo de interlocução.

A pesquisa demonstrou a falta de compreensão da equipe sobre funcionamento da emissora. Desta forma, a rádio não funciona em uma perspectiva coletiva, mas sim com ações individualizadas na perspectiva de participação comunitária. Fica claro a inexistência de espaço de socialização política-administrativo no ambiente radiofônico. Nota-se que a equipe tem noção das modificações necessárias, mas não mostra potencial renovador, sua função é técnico/operacional.

Assim, a emissora educativa, como um ambiente plural, compactua com uma estrutura de distribuição de serviços de propaganda institucional, musical e serviços de utilidade pública. A Rádio Cultura FM 99,3 MHz, acaba sendo subutilizada sem que ocorra processo democrático interno e desta maneira distancia-se de cumprir sua função sócio educativa cultural.

A Rádio Cultura FM 99,3 MHz, investe em modelos educativos instrucionais que pouco valorizam a construção coletiva de soluções para os desafios da comunidade. Isso implica na redução de seu potencial educativo e formador de opinião, perda de identidade, e distanciamento do papel político social de articuladora das emissoras locais/regionais e com esta decisão, abre mão de tornar-se um centro organizador com conteúdo

diferenciado.

É nítida a forma de gerenciamento da emissora como uma empresa, apresentando uma estrutura administrativa verticalizada e sem garantias de um processo participativo interno.

Em sua atual constituição e estruturação, a emissora educativa não valoriza a participação social. Em diversos momentos justifica-se a ausência do público na programação com um discurso de culpabilização dos ouvintes. Há alguns mitos de temporalidade quanto a fidelização do público.

Quanto a perspectiva da interação social, não foram percebidos mecanismos de interação e assertivos com o ouvinte. É significativo que exerce um papel institucional, como mediadora da FAI e Prefeitura, na divulgação de fatos gerados por ambos.

6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Embora não esteja previsto entre os objetivos de uma tese elaborar considerações que vão além das conclusões, os resultados aqui observados impõem levantar alguns pontos considerados pertinentes:

- por não ser tão localizada como é o caso de uma emissora comunitária, a rádio educativa não está sujeita a interesses específicos de sociedade de amigos de bairro, e sua concessão permite sustentabilidade econômica por meio de apoios culturais/financeiros com setor de serviços.

- a emissora deveria ter uma programação que se ajustasse aos espaços educativos culturais locoregionais. É, portanto, relevante conhecer e reconhecer as limitações no campo da comunicação democrática e, torna-se um desafio e uma possibilidade, na oferta de uma programação participativa e representativa do contexto regional em que se insere.

- o número reduzido de profissionais atuando na emissora qualifica um poder institucionalizado o que dificulta um processo de democratização em sua produção radiofônica e uma melhoria contínua em sua programação.

- A disponibilização diária de link nos bairros da cidade, bem como, a integração com os cursos mantidos pela FAI, seriam alternativas viáveis para a proximidade com a população e assim, viabilizando maior integração emissora e comunidade.

7 REFERÊNCIAS

ADAMANTINA (município). Lei nº 3.370, de 23 de setembro de 2009. Dispõe sobre autorização para que o Prefeito do Município possa celebrar Convênio com as Faculdades Adamantinenses Integradas - FAI, para manutenção, funcionamento e expansão da Rádio Cultura de Adamantina – RCA, revoga a Lei nº 2.837, de 20 de agosto de 1998, e dá outras providências. **Legislação**. Adamantina, 23 de setembro de 2009. Disponível em < <http://www.adamantina.sp.gov.br/leis/2009/09.Lei.3370.pdf>>. Acessado em 11 de set. 2014.

ALMEIDA FILHO, Naomar de; ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Introdução à Epidemiologia**. 4 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

ANATEL- Agência Nacional de Telecomunicações. **Serviços de Radiodifusão**. Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>> . Acesso em 10 jan. 2012.

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

_____. Comunicação e Saúde: desafios para um pensar – fazer em sintonia com o SUS. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi; MIALHE, Fábio Luiz. **Educação e promoção da saúde: teoria e prática**. São Paulo: Santos, 2012, p. 115 - 132.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Título original: L'analyse de contenu. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERLAMINO et al. A campanha da voz em dois jornais brasileiros de grande circulação. **Saúde e Sociedade**. São Paulo. v. 11, nº 2, 49 - 64, ago.dez, 2002.

BELTRAN, Luis Ramiro. **La importância de la comunicación en la promoción de la salud**. In: ESPTEIN, Isaac *et al.* Mídia e Saúde. Adamantina/SP, Unesco/Umesp/FAI, 2001, p. 355 – 368.

BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton de Oliveira. **Subsídios para uma Teoria da Comunicação de Massa**. São Paulo: Summus, 1986.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. Campinas – SP: Autores Associados, 2001.

BENETI, Marcia. Análise do Discurso me jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 107 - 122.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil**. 4 ed. 8 reimp. São Paulo: Ática, 2006.

BLOCK, C. Mídia de massa a serviço da educação latino-americana. In: Castro, C.C. (coord.) **Educação na era da informação: o que funciona e o que não funciona**. Rio de Janeiro: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001, p. 217 - 245.

BLOIS, Marlene Montezi. Rádio educativo no Brasil - uma história em construção. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 2 a 6 set. 2003. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte, 2003. Disponível em: http://intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP06_blois.pdf >. Acesso em: 31 mai. 2009.

BORGES, Celiane Camargo; JAPUR, Marisa. Promover e recuperar saúde: sentidos produzidos em grupos comunitários no contexto do Programa de Saúde da Família. **Interface** comunicação, saúde, educação. Botucatu/SP, v. 9, nº 8, 507 - 518, set. dez. 2005.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos meios e mensagens** – introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

_____. **O que é participação**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mai. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm. Acessado em 23 mar.2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: atualizada até a emenda constitucional n 32. OLIVEIRA, Dulce Eugênia (org.). 3 ed. São Paulo: Iglu, 2001 a.

_____. **Promoção da Saúde**: Declaração de Alma-Ata, Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall, Declaração de Santa Fé

de Bogotá, Declaração de Jacarta, Rede de Megapaíses e Declaração do México. Brasília: Ministério da Saúde, 2001 b.

BRECHT, Bertold. **Teoria do rádio**. In: Teorias do rádio - textos e contextos. MEDISCH, Eduardo (Org.). Florianópolis: Editora Insular, 2005, v.1.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação para a saúde** – uma experiência brasileira. São Paulo: Plêiade; Amparo: Unimed/Amparo, 1996.

BULIK, Linda. **Comunicação e teatro**. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

BÜTTNER, Lidiane; SANTOS, Paulo Ricardo dos. Diferença de uma rádio educativa e uma rádio comercial. **Unoesc & Ciência – ACSA**, Joaçaba, v. 4, n. 1, p. 7 – 20, jan./jun. 2013.

BYDLOWSKI, Cyntia Rachid; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo. Promoção da Saúde: a cidadania como um caminho para a boa saúde. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi; MIALHE, Fábio Luiz. **Educação e promoção da saúde**: teoria e prática. São Paulo: Santos, 2012. p. 409 – 419.

CAJUEIRO SANTOS, Tarcyanie. Teoria da comunicação e suas interfaces com o corpo e cultura. **Comunicação Midiática**. Bauru/SP. n. 6, 113-126, dez. 2006.

CASTRO, Daniel; MARQUES DE MELO, José; CASTRO, Cosette (Org.) **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010, v. 3.

COSTA SILVA, Cristiane Maria da et al. Educação em saúde e suas práticas ao longo da história brasileira. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi; MIALHE, Fábio Luiz. **Educação e promoção da saúde**: teoria e prática. São Paulo: Santos, 2012.p. 3 – 22.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Avaliação Qualitativa**: polêmicas do nosso tempo. 6 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 25).

_____. **Participação é conquista**: noções de política social participante. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Metodologia do conhecimento científico**. 1 ed. 2ª tiragem. São Paulo: Atlas, 2000.

DONATO, Ausonia Favorito; GOMES, Ana Luisa Zaniboni. O estudo da comunicação na formação dos profissionais de saúde: algumas questões e aproximações. **Boletim do Instituto de Saúde – BIS**. Comunicação e Saúde. v. 12. nº 1, p. 37- 43. abr. 2010.

DUARTE Jorge. BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005a.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. **Estudo de Caso**. In: DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005b, p. 215 - 235.

EPSTEIN, Isaac *et al* (org). **Mídia e Saúde**. Adamantina: UNESCO/UMESP/FAI, 2001.

FAI, Faculdades Adamantinenses Integradas. **Rádio Cultura**. Disponível em: <<http://www.fai.com.br/portal/radio/>>. Acessado em jan. 2011.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** - recredenciamento da Instituição (Deliberação CEE nº 5/98), junho 2012. Disponível em: http://www.fai.com.br/portal/index.php?conteudo=info&cod_item=57. Acessado em julho 2012.

_____. **Rádio Cultura – nossa história**. Disponível em: http://www.fai.com.br/portal/index.php?conteudo=info&cod_item=329. Acessado em 05 mar. 2013.

_____. **Hotsite Rádio Cultura**. Disponível em: <http://www.fai.com.br/portal/cultura99/>. Acessado em 05 jan. 2014.

FERREIRA, Giovandro Marcus. As origens recentes: os meios de comunicação de massa pelo viés do paradigma da sociedade de massa. In: HOHLFELDT, Antonio *et al* (Org). **Teorias da Comunicação de Massa**: conceitos, escolas e tendências, Petropolis/ RJ: Vozes, 2001, p. 99 - 116.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas,

1994.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930 – 2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao político de desenvolvimento regional.** 2007. 411 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

_____. AMNAP: gênese, representação política e inserção no desenvolvimento regional. **Omnia**/Faculdades Adamantinenses Integradas. 2006/2007, v.9/10, n 1. Edições Omnia: Adamantina.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni. **Na boca do rádio – o radialista e as políticas públicas.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Oboré, 2007.

GUTIÉRREZ PÉRES F. **Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação.** São Paulo: Summus; 1978.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área, coleta do Censo 2010.** Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>> acessado em 10 fev. 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População, coleta do Censo 2010.** Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>> acessado em 10 fev. 2014.

IGC, Instituto Geográfico e Cartográfico. **Região Administrativa de Presidente Prudente.** Disponível em: www.igc.sp.gov.br, acessado em 25 jun. 2011.

KAPLÚN, Mario. **Producción de Programas de Radio. El guión. La realización.** Quito: CIESPAL, Colección Initiyán, 1978.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANCET, The. **Saúde no Brasil.** Nova York, USA, mai. 2011.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria C. **Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em pesquisa social.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

_____. **O Discurso do Sujeito Coletivo - um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos).** Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2003.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Regulação da radiodifusão educativa.** Câmara dos deputados: Brasília, DF, 2011.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria da comunicação**: paradigmas latino-americanos. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1998.

_____. COMSAÚDE. **Comunicação & Saúde**, mar. 1999. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/comsaude.htm>. Acessado em 05 dez. 2013.

_____. Grupo Comunicacional de São Bernardo: o diálogo interdisciplinar como estratégia para corresponder às demandas sociais. In: MARQUES DE MELO (org) et al. **Anais** da VI Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde: Mídia, Mediação e Medicalização. 2004, Salvador/BA. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2005, p. IX – XI.

_____. **Educomídia, alavanca da cidadania**: o legado utópico de Mário Kaplún. São Bernardo do Campo, SP: Cátedra UNESCO: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

_____. **Teoria e metodologia da comunicação** – tendências do século XXI. São Paulo: Paulus, 2014. (Coleção Comunicação).

MARQUES DE MELO, José; PESSONI, Arquimedes. Comunicação e saúde pública em processos de desenvolvimento sustentável. **Epoca II** – Estudos sobre las culturas contemporâneas, vol. XVI. N. 31, Colima, Verano 2010, p. 95 – 112.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Promoção da saúde**, Brasília, 2001.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Radiodifusão educativa e consignações da União**. 26 de set. 2014. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-educativa-e-consignacoes-da-uniao>. Acessado em set. 2014.

_____. **Dados gerais radiodifusão educativa**. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-educativa-e-consignacoes-da-uniao>. Acessado em set. 2014.

_____. **Dados gerais radiodifusão**, 29 mai. 2014. Disponível em: <http://www.comunicacoes.gov.br/espaco-do-radiodifusor>, acessado em jun2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. Comunicação, informação e participação popular nos Conselhos de Saúde. **Saúde e Sociedade** [online]. 2004, vol.13, n.2, p. 56 - 69. ISSN 0104-1290. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000200006>>. Acessado em: 11 jan 2012.

OROZCO GOMEZ, Guillermo. Professores e meios de comunicação: desafios, estereótipos. **Comunicação & Educação**, v.3, n.10, p. 57 – 68, 1997.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. Rádio: interatividade entre rosas e espinhos. In: **Revista Novos Olhares**, número 2, 2 semestre de 1998, p. 1 – 18.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; MIALHE, Fábio Luiz. **Educação e promoção da saúde**: teoria e prática. São Paulo: Santos, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, Ademir. Luiz Ramiro Beltrán abre III COMSAÚDE. **Informe Comsaúde**, Adamantina, 7/11/2000, p.2.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. **Revista do Pensamento Comunicacional Latino-Americano - PCLA**. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO de Comunicação da UESP/ALAIC, v. 4, n. 1, out./nov./dez. 2002. Versão on-line disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>)

_____. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. **Anuário UNESCO/UMESP de comunicação regional**. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/UMESP, 2003. p.52-78.

_____. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. In: **Comunicação & Sociedade**. Universidade Metodista de São Paulo, n. 43, 1º sem, 2005. São Bernardo do Campo/SP, 2005a.

_____. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. In: **Revista latinoamericana de Ciencias de la Comunicación: ALAIC – Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación**. Ano II, n 3,, jul/dez, 2005. São Paulo, 2005b, p. 18 - 41.

PRATA, Nair. Webrádio: novos gêneros, novas formas de interação. In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Natal, RN – 2 a 6 de set. de 2008, p 1 – 13.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3 ed. 7 reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. O rádio educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXIX Congresso Brasileiro de Comunicação, Brasília (UNB), 6 a 9 de set. 2006. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2006. CD-ROM.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. Trad. Marcos Fernandes da Silva Moreira. 2 ed. 1994. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade Estadual Paulista: Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SALOMÃO, Mozahir. **Jornalismo radiofônico e vinculação social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SALGUEIRO MARQUES, Ângela Cristina. Dimensões centrais dos processos comunicativos: sociabilidade, autonomia, opinião pública e instituições. In: MARQUES DE MELO, José; FERNANDES, Guilherme Moreira. **Pensamento comunicacional brasileiro: o legado das ciências humanas – I: história e sociedade**. São Paulo: Paulus, 2014, p. 617 – 635.

SAMPAIO, Mario Ferraz. **História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo** – memórias de um pioneiro. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SEADE, Fundação. **Mapa cidade** Adamantina. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>> acessado em 10 fev. 2014. Tamanho imagem: 238 x 144

SILVA, Elaine Cristina da; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Participação comunitária, educação em saúde e ambiental: analisando as representações sociais de duas comunidades das áreas de mananciais de Santo André – São Paulo. PELICIONI, Maria Cecília Focesi; MIALHE, Fábio Luiz. **Educação e promoção da saúde: teoria e prática**. São Paulo: Santos, 2012. p. 479 – 497.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educom.rádio, na trilha de Mário Kaplún. In: **Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mário Kaplún**. MARQUES DE MELO, José (org) *et al.* São Bernardo do Campo, SP: Cátedra UNESCO: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 167 - 188.

SPITULNIK, Debra. Anthropology and Mass Media. *Annual Review of Anthropology*, v. 22, p. 293-314, 1993. In: TRAVANCAS, I. S. . Por uma antropologia da comunicação - a construção de um campo e suas pesquisas. **Ilha - Revista de Antropologia**. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 10, p. 114-132, 2008, Santa Catarina, 2008.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social:** um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, Unicef, 1997.

TORO, José Bernardo. **A construção do público:** cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro: Senac Rio, (X) Brasil, 2005.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. Por uma antropologia da comunicação - a construção de um campo e suas pesquisas. **Ilha - Revista de Antropologia.** Universidade Federal de Santa Catarina, v. 10, p. 114-132, 2008, Santa Catarina, 2008.

VICTORIA, Cesar G *et al.* Condições de saúde e inovações nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer. **Revista Lancet - Saúde no Brasil.** Nova York, USA, p. 90 – 102. mai. 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

Anexo 1 - Outorgas de concessão, permissão para a execução dos serviços de radiodifusão

As outorgas de concessão, permissão para a execução dos serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa serão precedidas de procedimento administrativo seletivo e terão início com a publicação de aviso de habilitação de interessados a apresentarem suas propostas.

O aviso de habilitação será divulgado pelo Ministério das Comunicações no Diário Oficial da União que o veiculará pela internet, por meio do endereço www.mc.gov.br, garantindo sua ampla divulgação, caso haja interesse público e viabilidade técnica para uso do canal.

As pessoas jurídicas que estiverem interessadas a participar do processo seletivo deverão apresentar, em até 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do aviso de habilitação, suas propostas acompanhadas da documentação exigida no Anexo da Portaria Nº 420, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011, que dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão de sons e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Outras informações, sobre como proceder a outorga dos serviços de radiodifusão educativa, estão descritas na portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, que dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão de sons e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Fonte: Disponível site Ministério das Comunicações <
<http://www.mc.gov.br/radio-e-tv/perguntas-frequentes>>

Anexo 2 – Frequências da radiodifusão

Onda Média (AM)	525 kHz a 1705 kHz
Onda Tropical (OT, 120 metros)	2300 kHz a 2495 kHz
Onda Tropical faixa alta (OT)	3200 kHz a 5060 kHz
Onda Curta	5950 kHz a 26100 kHz
Frequência Modulada incluindo RadCom	87,7 MHz a 108,0 MHz

Fonte: Abert, Rádio no Brasil seja legal operando dentro da lei, [s.d].

Anexo 3 – Adamantina, a cidade jóia

Adamantina tem seu nome definido pelo critério utilizado pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro, segundo o qual aos locais de parada deveriam ser atribuídos nomes femininos, de acordo com uma sequência alfabética. Sua história também está associada à Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (Caic) que, em 1937, voltou sua atenção para a zona do espigão do Aguapeí- Peixe, reiniciando a colonização da região em continuidade ao processo que já havia começado no Estado.

Figura 6 - Localização da cidade de Adamantina na 10ª RA

Fonte: Seade, 2014

A partir de negociação entre a Caic e a firma Boston Castle Company Limited, ficou estabelecido, então, que, em 1938, seria aberto um caminho na mata, aproveitando-se os trechos mais antigos. O plano de colonização da Caic dividiu a gleba em pequenos lotes, eliminando o latifúndio e formando propriedades com área média de 10 alqueires, todas servidas por água e estradas.

O surto cafeeiro e a chegada da ferrovia com ponto final no município proporcionaram o rápido crescimento de Adamantina e da área que se estendia até o rio Paraná, fazendo convergir, para a região, passageiros e a produção agrícola. Em 24 de dezembro de 1948, foi criado o município de Adamantina. Hoje, o município tem representatividade no cenário educacional com a autarquia Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI) e destaca-se como ponto de referência em saúde como base para onze municípios da região.

Fonte: Fundação Seade, disponível em : <
http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist_1.pdf>, acessado em
mar. 2013.

Anexo 4 – Legislação de criação da FAI

A lei municipal nº 2.718/97, alterada pela nº 2.819, de 18 de junho de 1998, marca o início das atividades da IES permitindo a unificação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina (FAFIA) e da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Adamantina (FEO), criadas, respectivamente, pela Lei Municipal nº 853, de 29 de junho de 1967 e Lei Municipal nº 1547, de 01 de março de 1980.

A FAI teve o Regimento Unificado aprovado pelo Parecer nº 94/99 do Conselho Estadual de Educação constituída como autarquia municipal, e sendo a Prefeitura do Município de Adamantina sua mantenedora.

A organização acadêmico-administrativa é regulamentada pela Lei Complementar Municipal nº 155, de 30 de dezembro de 2010 que define as diretrizes organizacionais e as diretorias Acadêmica, Jurídica, Administrativa e Financeira, para melhor condução das atividades institucionais.

A Portaria nº 87, de 01 de agosto de 2011, regulamenta as atribuições dos departamentos da FAI, com o fim de organizar os trabalhos internos.

Fonte: PDI, Disponível em:
<http://www.fai.com.br/portal/index.php?conteudo=info&cod_item=57>.
Acessado em julho 2012.

Anexo 5 - Roteiro da entrevista semi-estruturada

Numeração:

Data:

Local:

Horário:

IDENTIFICAÇÃO:

- Nome do entrevistado:

– Idade:

– Você estudou até que série? (considerar séries completas)

– Em qual curso você concluiu sua graduação e/ou pós graduação, especifique o(s) nome (s) do (s) curso (s).

– Qual a função que você desempenha na Rádio Cultura FM?

– Há quanto tempo exerce a função/cargo?

– Você possui registro profissional para exercício da função/cargo? Qual?

– Qual é o seu tipo de contrato de trabalho com a Rádio Cultura?

() concursado () temporário () CLT () terceirizado () outra? Qual?

A legislação brasileira para as rádios educativas data de 15 de abril de 1999, Portaria Interministerial nº 651. Estabelece critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa:

Art.1º Por programas educativo-culturais entende-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as

atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais. (BRASIL, 1999).

- 1 – Como a programação garante o formato educativo cultural na programação da Rádio Cultura FM? Você acha que sim? Por que? Você acha que não? Por que?
- 2 – Explique como você utiliza sua formação técnica na Rádio Cultura FM.
- 3 – Para você, existe a participação da comunidade (ouvinte/não ouvinte) na produção da programação da Rádio Cultura FM? (sim, não, não sabe)
- 4 – Quando que acontece esta participação na programação da rádio?
- 5 – E você acredita que quais mecanismos que permitem (possibilitem) a participação da comunidade na programação da Rádio Cultura FM?
- 6 – Como acontecia a participação na programação da rádio cultura em alguns momentos?
- 7 – Na sua opinião por que ocorre a participação na programação da Rádio Cultura FM em alguns momentos?
- 8 – Na sua opinião por que acontece ou acontecia a participação destas pessoas na programação da Rádio Cultura FM?
- 9 – Qual a sua opinião sobre a participação da comunidade na produção da programação da rádio?
- 10 – Como esta programação participativa poderia acontecer na RC FM?
- 9 – Na sua opinião o que seria uma rádio com uma programação participativa?
- 10 – Como esta participação pode acontecer na programação da Rádio Cultura? (fale sobre o assunto/discorrer)

11 – Como você acredita que seria possível acontecer uma ação educativa por meio da programação da Rádio Cultura FM?

12 – Quais mudanças seriam necessárias na emissora para melhorar o processo educativo e aumentar a interação dos programas com a comunidade?

13 – Qual a sua autonomia para conduzir sua função/cargo na Rádio Cultura?

14 – Você deseja fazer alguma sugestão ou comentário sobre o assunto?

-----Y-----

PARA OS RESPONSÁVEIS DOS PROGRAMAS DA GRADE

15 – Como a comunidade participa na programação no horário em que você é responsável pelo programa da RC?

16 – Por que é importante a participação da comunidade em seu programa?

-----Y-----

PARA OS RESPONSÁVEIS PELA POLÍTICA EDITORIAL DA RÁDIO

17 – Qual a importância da rádio educativa Cultura FM para a Prefeitura de Adamantina?

18 – Qual a importância da rádio educativa Cultura FM para as Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI)?

19 – Na sua opinião, como fazer para que a rádio educativa não seja manipulada politicamente por partidos ligados à administração municipal e à gestão da FAI?

20 - O que tem sido feito, nesta gestão, para esta autonomia?

Anexo 8 – Artigo publicado - XIII Congresso Internacional Ibercom

Anexo 6 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Eu, Ieda Cristina Borges, aluna do Doutorado em Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo - FSP/USP, sob orientação do Professor Doutor Paulo Rogério Gallo, do Departamento Materno- infantil, sou responsável pela pesquisa intitulada: **Saúde e comunicação no contexto de rádio educativas: desafios na gestão**, que tem como objetivo geral analisar se a programação (formal/informal) de uma rádio educativa possibilita a participação social como elemento constituinte e dinâmico e, como específicos:

1. Identificar os pressupostos teóricos que sustentam os conceitos de educação em saúde e participação social dos profissionais que atuam em uma rádio educativa.
2. Identificar quais mecanismos são utilizados pela direção de uma rádio educativa para garantir a autonomia técnica e política na definição de sua programação.
3. Analisar a natureza da programação oferecida, organizando-a em categorias de gênero radiofônico/jornalístico.

Solicito por meio deste termo, o qual será elaborado em 2 (duas) vias, a sua autorização e colaboração para participar do estudo, respondendo a um questionário identificado com seus dados pessoais e de uso exclusivo para esta pesquisa.

Sua participação é livre e espontânea, responsabilizo-me por manter seus dados pessoais em sigilo, mas os resultados gerais obtidos por meio do questionário serão publicados, sem caracterizar a autoria das informações coletadas.

Embora seja uma pesquisa de risco mínimo, você poderá recusar ou desistir a qualquer momento sem prejuízo pessoal ou risco de penalização. No entanto, sua participação é muito importante e enriquecerá muito esse estudo.

Obrigada desde já, qualquer que seja sua decisão.

É preciso ainda destacar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP – FSPUSP.

Ao final da pesquisa me comprometo a apresentar os resultados para os participantes.

Finalmente, Eu, Ieda Cristina Borges, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa para o participante.

Assinatura da pesquisadora_____

Data: ____/____/____

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, **Saúde e comunicação no contexto de rádio educativas: desafios paradigmáticos**, e ter meus direitos de:

- 1- receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
- 2 - retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
- 3- não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- 4- Qualquer questão, dúvida, esclarecimento ou reclamação sobre os aspectos éticos dessa pesquisa, favor entrar em contato com o: Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP – Av. Dr. Arnaldo, 715, 2º andar, Cerqueira Cesar – SP, telefone (11) 3061-7779.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar da pesquisa.

São Paulo, ____/____/____

Assinatura do participante:_____

Assinatura da pesquisadora_____

Contato com:

Ieda Cristina Borges: (11) 3061 7703 e-mail: iedaborges@usp.br;
Paulo Rogério Gallo: (11) 3061 7703 ou e-mail : prgallo@usp.br

Anexo 7 - Parecer consubstanciado do CEP

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Saúde e comunicação no contexto de rádios educativas: desafios paradigmáticos

Pesquisador: IEDA CRISTINA BORGES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 05687812.3.0000.5421

Instituição Proponente: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Nova versão TCLE

Detalhe:

Justificativa:

Data do Envio: 05/02/2013

Situação da Notificação: Aguardando revisão do parecer do colegiado

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 193.388

Data da Relatoria: 05/02/2013

Apresentação da Notificação:

ndn

Objetivo da Notificação:

ndn

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

ndn

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

ndn

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

ndn

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715

Bairro: Cerqueira Cesar

CEP: 01.245-904

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3061-7779

Fax: (11)3061-7742

E-mail: coep@fsp.usp.br

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

Recomendações:

ndn

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pela aprovação.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 05 de Fevereiro de 2013

Assinador por:
Claudio Leone
(Coordenador)

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715
Bairro: Cerqueira Cesar CEP: 01.246-904
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 Fax: (11)3061-7742 E-mail: coep@fsp.usp.br

Anexo 8 – Artigo publicado - XIII Congreso Internacional Ibercom

Libro de Actas. XIII Congreso Internacional Ibercom / Margarita Ledo Andión, Maria Inmacolata Vassallo de Lopes. Santiago de Compostela: IBERCOM, AssIBERCOM, AGACOM, 2013.

ISBN: 978-84-695-7564-2

1.XIII Congreso Internacional Ibercom- 2. Comunicación- 3. Cultura- 4. Esferas de poder.

Editoras:

Margarita Ledo Andión e Maria Inmacolata Vassallo de Lopes

Editores técnicos:

Xosé Pereira Fariña, Carlos Toural Bran

Edita:

AssIBERCOM / AGACOM

ISBN:

978-84-695-7564-2

Colaboran:

Programa “Hip hop em Ação”: espaço participativo popular em uma emissora radifônica educativa

BORGES, Ieda Cristina

(Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo – USP)

iedaborgesusp@gmail.com

GALLO, Paulo Rogério

(Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo – USP)

prgallo@usp.br

SILVA DE LIMA, Jesana

(Faculdades Adamantinenses Integradas)

jesanasilva@hotmail.com

FAUSTINO DOS SANTOS, João Vinícius

(Faculdades Adamantinenses Integradas)

joaoviniciusfaustino@gmail.com

Resumo

OBJETIVO: Considerando as interfaces da cultura, educação e saúde, busca-se analisar no meio radiofônico brasileiro, em especial em uma emissora educativa, o espaço na programação para interação cultural e participação comunitária. **MÉTODO:** Trata-se de um estudo de caso, qualitativo, voltado para a análise do Programa “Hip hop em ação” da rádio Educativa Cultura FM – 99,3 MHz, na cidade de Adamantina/SP, região Centro Oeste do estado de São Paulo, Brasil. A microrregião de Adamantina, área de audiência da emissora, apresenta população de 159.684 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tendo como base a teoria da Folkcomunicação, compreendida como instrumento popular para viabilizar processos de troca de informações e manifestações de ideias e opiniões da massa (Luiz Beltrão), utiliza-se do movimento Hip Hop como expressão de um grupo de exclusão, qual seja, culturalmente marginalizado. **RESULTADOS:** O Hip Hop é reconhecido pelos dirigentes da emissora e pelos ouvintes como mecanismo possível de interatividade (Self). Condição que reifica o processo comunicativo destas comunidades que, ao utilizarem-se da música e de expressões artísticas expressam suas raízes, expectativas e contradições. **CONCLUSÕES:** 1) Particularmente, entre: os serviços de saúde e a população brasileira é preciso valorizar o meio radiofônico como um espaço de trocas culturais, cenário necessário para o processo de educação em saúde; 2) As emissoras educativas podem ser aliadas nos processos de desenvolvimento local sustentável ao exercer o papel de mediadora com grupos de exclusão. 3) Estes veículos, como a rádio Cultura FM, devem assumir seu papel na sociedade em agregar espaços democráticos para os movimentos sócio-culturais da região onde está difundida. Parte-se do pressuposto legal (Decreto de Lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999) de que as emissoras educativas têm, entre outras, o compromisso de ajudar na compreensão e entendimento das relações sociais na comunidade em que está inserida. Disponibilizando em sua programação conteúdos para

Anexo 9 – Currículo Lattes Ieda C. Borges

21/1/2015

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Ieda Cristina Borges)

Ieda Cristina Borges

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4231743570196280>
Última atualização do currículo em 19/01/2015

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) - Faculdade de Saúde Pública (FSP), linha de pesquisa Saúde, Ciclo de Vida e Condições Sociais. Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp Bauru (1989), mestre em Comunicação pela Universidade de Marília (2009) e, especialista nas áreas da: Educação, Ciências da Informação e História e Mídia. Atualmente, é docente titular - Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase nos seguintes temas: jornalismo, mídia impressa, imprensa regional, comunicação organizacional, assessoria de comunicação, comunicação interna, jornal laboratório, projetos experimentais em jornalismo, trabalhos de conclusão de curso (TCC), tratamento da informação, comunicação e saúde e radio educativa. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Ieda Cristina Borges
Nome em citações bibliográficas BORGES, I.C.; BORGES, Ieda

Endereço

Endereço Profissional Faculdades Adamantinenses Integradas, Faculdades Adamantinenses Integradas - FAI, DECOM - Departamento de Comunicação Social, Rua 9 de julho, 730 Centro 17800-000 - Adamantina, SP - Brasil
Telefone: (18) 35027010
Fax: (18) 35027010
URL da Homepage: www.fai.com.br

Formação acadêmica/titulação

2011 Doutorado em andamento em Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo - Faculdade de Saúde Pública.
Título: Saúde e comunicação no contexto de rádios educativas: desafios na gestão,
Orientador: Paulo Rogério Gallo.
Palavras-chave: Comunicação, Promoção da Saúde, Saúde Pública.
Grande área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública.
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública / Especialidade: SAÚDE, CICLOS DE VIDA E SOCIEDADE.
Setores de atividade: Atividades de atenção à saúde humana.

2006 - 2009 Mestrado em Comunicação (Conceito CAPES 3).
Universidade de Marília, UNIMAR, Brasil.
Título: Mídia Regional: Delineamento dos veículos impressos na área da Nova Alta Paulista, Ano de Obtenção: 2009.
Orientador: Rosângela Marçolla.
Palavras-chave: Mídia impressa. N Alta Pta. Imprensa regional..
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Comunicação.

Anexo 10 – Currículo Lattes do orientador

21/1/2015

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Paulo Rogério Gallo)

Paulo Rogério Gallo

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2014009926952964>
Última atualização do currículo em 11/12/2014

Professor Associado da Universidade de São Paulo. Possui Livre-Docência em Saúde da Criança pelo Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (2011); Doutorado em Medicina (Pediatria) pela Universidade de São Paulo (1997); mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1991), título de Especialista em Pediatria pela Associação Médica Brasileira (1995) graduação em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978) e Residência Médica em Pediatria pela Clínica Infantil do Ipiranga (1980). É responsável por projetos de tecnologia em saúde no campo da comunicação pública da ciência nas áreas atenção à saúde da criança, do adolescente e da gestante e junto à mídias comunitárias, em especial Rádios Comunitárias. Suas áreas de atuação são: pediatria; epidemiologia social; políticas públicas; saúde pública; crescimento e desenvolvimento infantil; saúde, ciclos de vida e sociedade; comunicação pública da ciência e mídias. Desde 2001, vem trabalhando em inovação em saúde pública, desenvolvendo pesquisas e softwares em comunicação pública da ciência. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Paulo Rogério Gallo
Nome em citações bibliográficas	GALLO, P. R.; Gallo, Paulo R; GALLO, PAULO ROGÉRIO; GALLO, ROGERIO; Paulo Rogério Gallo; Paulo Rogerio Gallo; Gallo PR; Gallo Paulo; GALLO, PAULO; Rogerio, Paulo; Roberto, Paulo; Gallo, Paulo Roberto; GALLO, PAULO ROGERIO

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. Av. Dr. Arnaldo, 715 Cerqueira Cesar 01246904 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30667703 Fax: (11) 30812451 URL da Homepage: http://www.fsp.usp.br
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

1993 - 1997	Doutorado em Medicina (Pediatria) (Conceito CAPES 4). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Fatores associados ao risco de retardo no crescimento em crianças escolares de famílias de baixa renda de uma área periférica no Município de São Paulo., Ano de obtenção: 1997. Orientador: 🧐 Cláudio Leone.
1986 - 1991	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 5). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Fatores de risco à desnutrição protéico- energética em crianças pré-escolares que freqüentam Unidades básicas de Saúde no Município de Guarulhos, 1989., Ano de Obtenção: 1991. Orientador: Maria Helena D'Aquino Benício. Palavras-chave: desnutrição; Nutrição infantil; Crescimento Infantil.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4785160T6>